



PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE VENDAS NOVAS (2007-2010)

 **CISA-AS**
Centro de Investigação em
Sociologia e Antropologia
"Augusto da Silva"



Município de
Vendas Novas



vendas novas
cidade solidária



SIGLAS

AT – Área Temática
CET – Centro de Estudos Territoriais
CFP – Conciliação entre Família e Profissão
CLAS – Conselho Local de Acção Social
CLASVN – Conselho Local de Acção Social de Vendas Novas
CMVN – Câmara Municipal de Vendas Novas
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DS – Diagnóstico Social
ED – Eixo de Desenvolvimento
ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável.
EPA – Escola Prática de Artilharia
ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais
GLO – Grandes Linhas de Orientação
MAC – Método Aberto de Comunicação
MEL – Matriz de Enquadramento Lógico
MS – Ministério da Saúde
MSST – Ministério da Segurança Social e do Trabalho
MTSS – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
PA – Plano de Acção
PAIPDI – Plano para a Acção e Integração para Pessoas com Deficiência e Incapacidades
PDM – Plano Director Municipal;
PDS – Plano de Desenvolvimento Social
PE – Plano Estratégico
PEDVN – Plano Estratégico de Desenvolvimento de Vendas Novas;
PIDDEV – Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Évora
PIMOTEV – Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Distrito de Évora
PNACE – Plano Nacional para a Acção, Crescimento e Emprego
PNAI – Plano Nacional de Acção para a Inclusão
PNCVD – Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica
PNE – Plano Nacional de Emprego
PNI – Plano Nacional para a Igualdade
PNPOT – Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
PNS - Plano Nacional de Saúde,
PT – Plano Tecnológico
QCA – Quadro de Apoio Comunitário
QDB – Quadro de Bordo
QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional
RCM – Resolução do Conselho de Ministros
SPVIN – Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas

ÍNDICE GERAL

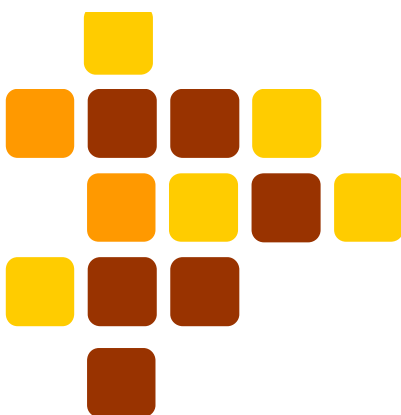
RESUMO	5
1. REFERENCIAIS INICIAIS	8
1.1. Introdução	9
1.2. Metodologia	11
2. QUADROS DE REFERÊNCIA	13
2.1. Quadro Teórico-Conceptual	14
2.2. Enquadramento a nível local	16
2.2.1. Plano Director Municipal de Vendas Novas (PDM)	17
2.2.2. Vendas Novas 2020 - Estratégia de Desenvolvimento	18
2.2.3. Plano Municipal do Ambiente de Vendas Novas (PMA)	19
2.3. Enquadramento regional e sub-regional	20
2.4. Enquadramento a nível nacional	22
2.4.1. Plano Nacional para a Acção, Crescimento e Emprego	23
2.4.2. Plano Nacional de Acção para a Inclusão	24
2.4.3. Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	25
2.4.4. Plano Tecnológico	26
2.4.5. Plano Nacional para a Igualdade	26
2.4.6. Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica	27
2.4.7. Plano Nacional de Saúde	29
2.4.8. Plano para a Acção e Integração para Pessoas com Deficiência e Incapacidades	31
2.4.9. Plano Nacional de Emprego	31
2.4.10. Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	32
2.4.11. Quadro de Referência Estratégico Nacional	33
2.5. Enquadramento ao nível da União Europeia	35
3. LINHAS ORIENTADORAS DO PDS	37
4. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	58
NOTA CONCLUSIVA	60
BIBLIOGRAFIA	63
ANEXOS	65
ANEXO I - Ordem de prioridade dos problemas identificados	66
ANEXO II - Proposta da avaliação final (sumativa)	67

ÍNDICE DE QUADROS

2. QUADROS DE REFERÊNCIA	
Quadro III.1. Contributos dos instrumentos de intervenção locais para a inclusão	20
3. LINHAS ORIENTADORAS DO PDS	
Quadro único. Articulação das Políticas com os Objectivos Gerais.....	39

ÍNDICE DE FIGURAS

2. QUADROS DE REFERÊNCIA	
Figura 1. Ciclo da elaboração do Plano de Desenvolvimento Social	16
3. LINHAS ORIENTADORAS DO PDS	
Figura 1. Problema com um grau de gravidade de 3,00, e respectivos objectivos e metas	40
Figura 2. Problema com um grau de gravidade de 3,00, e respectivos objectivos e metas	41
Figura 3. Problema com um grau de gravidade de 2,81, e respectivos objectivos e metas	42
Figura 4. Problema com um grau de gravidade de 2,75, e respectivos objectivos e metas	43
Figura 5. Problema com um grau de gravidade de 2,69, e respectivos objectivos e metas	44
Figura 6. Problema com um grau de gravidade de 2,63, e respectivos objectivos e metas	45
Figura 7. Problema com um grau de gravidade de 2,63, e respectivos objectivos e metas	46
Figura 8. Problema com um grau de gravidade de 2,50, e respectivos objectivos e metas	47
Figura 9. Problema com um grau de gravidade de 2,31, e respectivos objectivos e metas	48
Figura 10. Problema com um grau de gravidade de 2,25, e respectivos objectivos e metas	49
Figura 11. Problema com um grau de gravidade de 2,19, e respectivos objectivos e metas	50
Figura 12. Problema com um grau de gravidade de 2,19, e respectivos objectivos e metas	51
Figura 13. Problema com um grau de gravidade de 2,14, e respectivos objectivos e metas	52
Figura 14. Problema com um grau de gravidade de 1,88, e respectivos objectivos e metas	53
Figura 15. Problema com um grau de gravidade de 1,83, e respectivos objectivos e metas	54
Figura 16. Problema com um grau de gravidade de 1,56, e respectivos objectivos e metas	55
Figura 17. Problema com um grau de gravidade de 1,56, e respectivos objectivos e metas	56
Figura 18. Problema sem votação do CLAS de Vendas Novas (Eixo III)	57



Resumo

Na sequência da actualização do DS teve lugar a actualização do PDS (iniciada em 2007 e concluída em 2008), documento que agora se apresenta e que contém as linhas de orientação aprovadas pelo CLAS traduzidas em eixos de intervenção e em objectivos gerais, objectivos específicos e objectivos operacionais

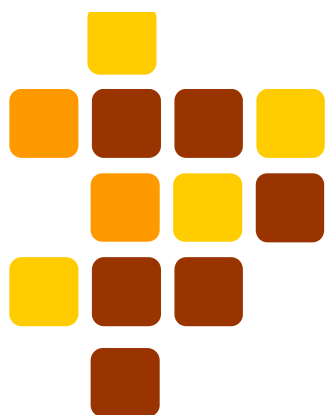
Este documento aponta como objectivos gerais (ou linhas orientadoras genéricas) da actuação dos parceiros do CLAS de Vendas Novas os seguintes:

- Criar equipamentos e respostas sociais de apoio à população deficiente;
- Colmatar insuficiências no sector da saúde em áreas tais como: instalações, equipamentos, pessoal e hábitos dos utentes;
- Reforçar a dinâmica de uma sólida cultura de parceria;
- Elevar o nível de qualificação escolar e formação profissional da população residente;
- Fomentar a prevenção e o combate à violência doméstica e aos maus-tratos;
- Dotar de competências pessoais, parentais e profissionais grupos sociais desfavorecidos;
- Aumentar a taxa de cobertura de equipamentos e/ou respostas sociais de apoio à população idosa e pessoas com dependência;
- Aumentar os níveis de qualidade das respostas sociais concelhias;
- Reforçar o alojamento em condições minimamente dignas das populações carenciadas;
- Contribuir para o aumento e qualidade do emprego e do desenvolvimento sustentável da economia;
- Contribuir para a resolução de problemas de Ordenamento, Qualificação Urbana e Ambiente;
- Criar refeitório(s) escolares para ensinos pré-escolar e básico;
- Promover a Igualdade de oportunidades;
- Promover a conciliação entre a vida familiar e profissional;
- Melhorar os recursos materiais e humanos de acompanhamento das crianças do pré-escolar e do ATL;
- Estimular a adopção de estilos de vida saudáveis, através do combate aos fenómenos da adictividade e, estímulo à adopção de hábitos e práticas saudáveis;
- Adequar o nº, qualidade de equipamentos desportivos e recreativos e de outras respostas às necessidades da população jovem, adulta e idosa;
- Contribuir para as respostas que melhorem a segurança de pessoas e bens;
- Necessidade da promoção de um eixo Vendas Novas-Évora-Badajoz que potencie uma plataforma de serviços de logística internacional.

É a partir deste acervo, assente nas prioridades seleccionadas no DS para o concelho de Vendas Novas durante o ciclo 2007-2010 (agrupadas em quatro Eixos de Intervenção: Potencial Humano e Dinâmicas Comunitárias; Saúde/Equipamentos e Respostas Sociais; Economia e Emprego e, Ordenamento, Qualificação Urbana e Ambiente), que vão ser elaborados os Planos de Acção anuais até 2010, através dos quais se procurará atingir os objectivos específicos traçados e as metas especificadas no PDS.

Com o intuito de melhorar o desempenho da parceria deverá este PDS ser objecto de um de um momento de avaliação final (em Dezembro de 2010), devendo também ser objecto de momentos de monitorização em 2008 e 2009.

Palavras-chave: Desenvolvimento Social; Plano de Desenvolvimento Social; Vendas Novas;



1. Referenciais Iniciais

□ 1.1. INTRODUÇÃO

Tendo como quadro de referência a noção de Desenvolvimento Social, o PDS do município de Vendas Novas para o ciclo 2007-2010 foi elaborado a partir do Diagnóstico Social, cujos resultados apontavam nomeadamente para a identificação dos seguintes problemas:

- Inexistência de Equipamentos/Respostas de apoio à população deficiente;
- Insuficiências diversificadas no sector da saúde em áreas tais como: instalações, equipamentos, pessoal e hábitos dos utentes;
- Défice de acompanhamento multidisciplinar às famílias desfavorecidas e vulneráveis;
- Insuficiente qualificação escolar e profissional;
- Número crescente de situações de violência doméstica e maus-tratos sinalizados;
- Défice de competências pessoais, parentais e profissionais de grupos sociais desfavorecidos;
- Insuficiente nº de equipamentos e respostas sociais de apoio à população idosa e pessoas com dependência;
- Insuficiente qualificação das respostas sociais concelhias;
- Carências relacionadas com a problemática habitacional;
- Dificuldades sentidas no âmbito das actividades económicas e emprego;
- Constrangimentos em relação ao Ordenamento, qualificação urbana e ambiente;
- Insuficiência de refeitório (s) escolar(es) para o ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico;
- Falta de sensibilização para a igualdade de oportunidades;
- Dificuldade de conciliação entre vida familiar e profissional;
- Estruturas desadequadas e insuficientes de apoio à família (salas de ATL e pré-escolar);
- Consumo problemático de álcool e outras substâncias psico-activas;
- Carência de espaços/equipamentos desportivos/recreativos;
- Insuficiências relativamente a respostas que melhorem a segurança de pessoas e bens;
- Necessidade da promoção de um eixo Vendas Novas-Évora-Badajoz que potencie uma plataforma de serviços de logística internacional.

A partir desses problemas foram apontadas as seguintes prioridades ou linhas de intervenção:

- Criar equipamentos e respostas sociais de apoio à população deficiente;
- Colmatar insuficiências no sector da saúde em áreas tais como: instalações, equipamentos, pessoal e hábitos dos utentes;
- Reforçar a dinâmica de uma sólida cultura de parceria;
- Elevar o nível de qualificação escolar e formação profissional da população residente;
- Fomentar a prevenção e o combate à violência doméstica e aos maus-tratos;
- Dotar de competências pessoais, parentais e profissionais grupos sociais desfavorecidos;
- Aumentar a taxa de cobertura de equipamentos e/ou respostas sociais de apoio à população idosa e pessoas com dependência;
- Aumentar os níveis de qualidade das respostas sociais concelhias;
- Reforçar o alojamento em condições minimamente dignas das populações carenciadas;
- Contribuir para o aumento e qualidade do emprego e do desenvolvimento sustentável da economia;
- Contribuir para a resolução de problemas de Ordenamento, Qualificação Urbana e Ambiente;
- Criar refeitório (s) escolares para ensinos pré-escolar e básico;
- Promover a Igualdade de oportunidades;
- Promover a conciliação entre a vida familiar e profissional;
- Melhorar os recursos materiais e humanos de acompanhamento das crianças do pré-escolar e do ATL;
- Estimular a adopção de estilos de vida saudáveis, através do combate aos fenómenos da adictividade e, estímulo à adopção de hábitos e práticas saudáveis;
- Adequar o nº, qualidade de equipamentos desportivos e recreativos e de outras respostas às necessidades da população jovem, adulta e idosa;
- Contribuir para as respostas que melhorem a segurança de pessoas e bens.

Prioridades estas que se encontram agrupadas nos seguintes eixos de intervenção: i) Potencial Humano e Dinâmicas Comunitárias; ii) Saúde/Equipamentos e Respostas Sociais; iii) Economia e Emprego e, iv) Ordenamento, Qualificação Urbana e Ambiente.

Este documento encontra-se subdividido nos pontos referidos abaixo, através dos quais se apresenta o trabalho de pesquisa realizado, dando-se inicialmente conhecimento dos procedimentos adoptados para o efeito:

- Metodologia. Ponto onde consta uma descrição do caminho e das escolhas efectuadas para concretização da pesquisa e obtenção dos resultados;
- Enquadramento. Subdividido em vários níveis geográficos de análise. Ponto onde constam os referenciais (quadros normativos, instrumentos de intervenção, etc.) que devem ser tomados em consideração para a elaboração ou implementação de Planos de Desenvolvimento Social;
- Linhas orientadoras do PDS. Ponto em que figuram as opções do CLAS para o ciclo 2007-2013;
- Monitorização e Avaliação. Ponto em que se apresenta os instrumentos adoptados para efeito.

No ponto seguinte consta portanto uma apresentação da metodologia seguida para elaboração do presente PDS, onde se descreve os passos e procedimentos seguidos.

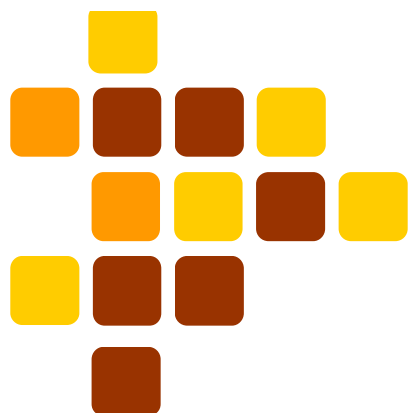
□ 1.2. METODOLOGIA

Em termos metodológicos optou-se por definir as linhas orientadoras e a respectiva operacionalização. Decorrente do anterior, definiram-se os passos que constam nos parágrafos seguintes:

1. Numa 1ª fase, a cargo dos grupos de trabalho constituídos por Área Temática:
 - i) Análise das conclusões do DS, documento este onde constam a identificação e a hierarquização dos problemas que afectam o concelho;
 - ii) Definição dos objectivos gerais e específicos por cada um dos problemas identificados;
 - iii) Definição das metas por cada um dos objectivos seleccionados.
2. Numa 2ª fase, a cargo dos mesmos grupos, tiveram lugar os momentos abaixo descritos:
 - i) Apreciação das propostas apresentadas, o que permitiu efectuar uma análise crítica parcelar e global dos resultados entretanto obtidos;
 - ii) Reformulação de alguns excertos do texto inicial, resultante dos contributos de representantes de várias entidades parceiras.

A metodologia adoptada obedeceu ao estipulado no artigo 8º do Decreto Lei nº 115/2006, de 14 de Junho (Princípio da participação) no qual consta que "No quadro da rede social, a participação deve abranger os actores sociais e as populações, em particular as mais

desfavorecidas, e estender-se a todas as acções desenvolvidas”. A mesma metodologia teve ainda em atenção os preceitos incluídos no artigo 3º do diploma acima referido, nomeadamente a responsabilidade de se “Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos” (alínea c do nº 1) e o cumprimento do articulado onde se refere que “A rede social assenta no trabalho de parceria alargada, efectiva e dinâmica e visa o planeamento estratégico da intervenção social local, que articula a intervenção dos diferentes agentes locais para o desenvolvimento social (Nº 2 do artigo 3º).



2. Quadros de Referência

Neste capítulo procede-se ao desenvolvimento de temas que permitem melhor compreender a fundamentação do PDS e os contextos que o envolvem.

O quadro teórico-conceitual e os quadros local e nacional, contextos onde decorre a implementação do plano e, onde vigoram instrumentos de intervenção e com os quais o PDS se deverá articular ou tomar em consideração.

□ 2.1. QUADRO TEÓRICO-CONCEPTUAL

Conforme referido acima, o PDS assume como uma das principais referências a noção de Desenvolvimento Social, noção que assenta num conjunto de princípios adoptados pela Cimeira de Copenhaga, em 1995. Esta noção que no contexto de uma óptica territorialista assumiu um pendor normativo ao invés de uma feição teórica ou académica, emergiu com base em críticas aos efeitos negativos dos modelos de desenvolvimento que valorizavam o crescimento económico e assentavam numa visão funcionalista, a qual pressupunha que um nível de crescimento económico satisfatório, alcançado por determinadas regiões, seria o motor da generalização do bem estar e da prosperidade noutras regiões.

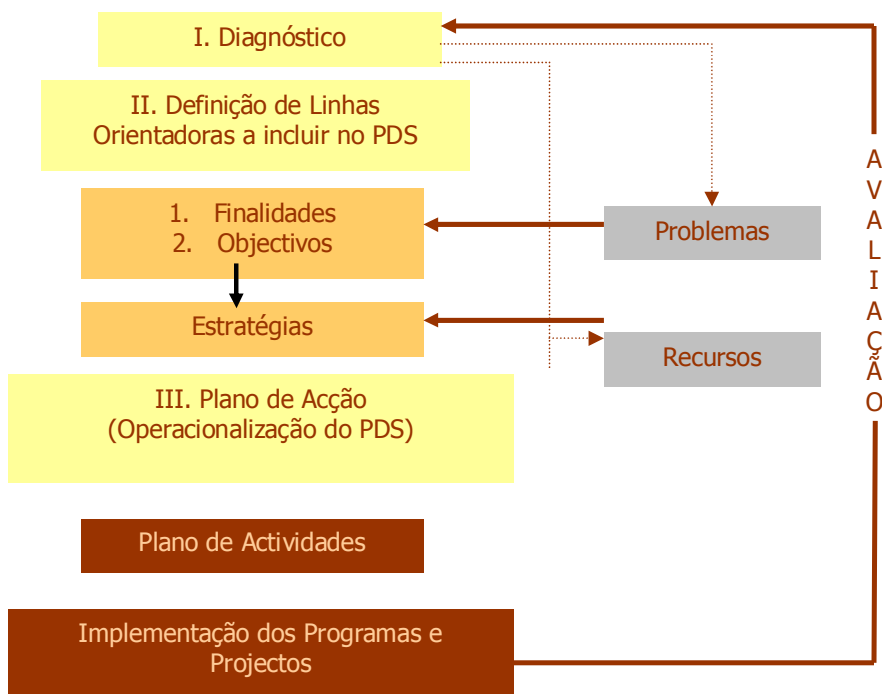
Consideram-se como pilares do Desenvolvimento Social os que constam nos parágrafos seguintes:

- A erradicação da pobreza, dando especial atenção às situações de pobreza extremas, incluindo o acesso ao rendimento e de maneira geral, a promoção dos direitos económicos, sociais, culturais e civis; a promoção do emprego, generalizando o direito ao trabalho, dirigindo esforços para a redução do desemprego através da sensibilização do sector mercantil para o seu papel social, do desenvolvimento do mercado social de emprego, da promoção do auto-emprego e do investimento da empregabilidade;
- A integração social entendida como uma sociedade justa, fundada na defesa dos direitos humanos, na tolerância, na solidariedade, na segurança e participação social, cultural e política de todos, incluindo grupos desfavorecidos e vulneráveis; a protecção e valorização da diversidade étnica, cultural, religiosa, etc; o reconhecimento da importância da família e da comunidade em matéria de integração social e o apoio à dinamização e capacitação das comunidades são algumas das estratégias que poderão contribuir para a prossecução deste princípio.

Os princípios e objectivos acima referidos, adoptados pela Cimeira de Copenhaga e enquadradores da acção para o Desenvolvimento Social são seguidamente referenciados.

- 1.** Colocar o ser humano no centro do desenvolvimento;
- 2.** Assegurar a equidade entre as gerações presentes e futuras;
- 3.** Integrar as políticas económicas, culturais e sociais;
- 4.** Interdependência entre as esferas de actividade públicas e privadas;
- 5.** Promover a democracia, a dignidade humana, a justiça social e a solidariedade;
- 6.** Defender a tolerância, a não-violência, o pluralismo e a não discriminação;
- 7.** Promover a distribuição equitativa dos rendimentos;
- 8.** Reconhecer a família como unidade básica da sociedade;
- 9.** Assegurar a inclusão no desenvolvimento social das pessoas e grupos desfavorecidos e vulneráveis;
- 10.** Promover o respeito, a observância e a protecção de todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento;
- 11.** Promover o exercício efectivo dos direitos e o cumprimento das responsabilidades;
- 12.** Promover a igualdade e equidade entre o homem e a mulher;
- 13.** Proteger os direitos das crianças e dos homens;
- 14.** Promover o fortalecimento da sociedade civil;
- 15.** Cada membro possa satisfazer as suas necessidades básicas, alcançar a dignidade pessoal, a segurança e a criatividade;
- 16.** Defender uma gestão e administração transparentes e responsáveis;
- 17.** Dar mais poder às mulheres, nomeadamente através da participação na formulação, aplicação e avaliação das decisões;
- 18.** Possibilitar às pessoas idosas o acesso a uma vida melhor;
- 19.** Atender às virtualidades das novas tecnologias da informação, incluindo os benefícios da utilização e acesso por pessoas em situação de pobreza;
- 20.** Fortalecer a participação da mulher em todas as esferas da vida política, económica, social e cultural.

Assim, alicerçado nestes princípios, teve lugar o trabalho prévio de reflexão e, o trabalho de elaboração do PDS, documento que constituindo um instrumento base para implementação do Programa de Rede Social acolhe os objectivos e as estratégias, capazes de responder às necessidades e aos problemas diagnosticados, constituindo por isso (de acordo com o art. 36º do Decreto de Lei nº 115/2006 de 14 de Junho) um plano estratégico que determina eixos, estratégias e objectivos de intervenção, baseado nas prioridades definidas no DS, ao longo de um processo conforme consta na figura seguinte.

Figura 1. Ciclo da elaboração do Plano de Desenvolvimento Social

Fonte: IDS (s/d), *Rede Social - Plano de Desenvolvimento Social: Documentos de apoio aos Projectos Piloto*, Lisboa, IDS.

□ 2.2. ENQUADRAMENTO A NÍVEL LOCAL

A nível local, a actualização do PSD ocorreu num contexto em que se encontravam em vigor os seguintes instrumentos de intervenção: Plano Director Municipal, Plano Estratégico, Plano Municipal do Ambiente de Vendas Novas, com os quais o PDS tem de criar sinergias que permitam alcançar uma eficácia acrescida na resolução ou minimização dos problemas que atingem as populações do concelho.

2.2.1. Plano Director Municipal de Vendas Novas (PDM)

Elaborado ao abrigo do Decreto-Lei nº Decreto-Lei 208/82, de 26 de Maio, (alterado pelo Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro), o PDM foi ratificado pela RCM nº 137/99, DR 253 - I Série B, 29-10-1999 e, nos parágrafos seguintes, apresenta-se a suas principais características distintivas.

Objectivo geral:

O objectivo geral deste plano é apoiar o desenvolvimento económico, social e cultural do concelho por uma utilização racional dos recursos do território com vista à melhoria da qualidade de vida das populações.

Objectivo estratégico:

Este documento visa promover uma gestão dos recursos do território que proteja os seus valores compatibilizando-os com a ocupação, uso e transformação pretendida.

Objectivos específicos:

- Reorientar o uso do solo visando atingir o desenvolvimento sustentado do concelho;
- Definir as áreas essenciais à manutenção do equilíbrio do território, assegurando a continuidade do funcionamento dos sistemas naturais;
- Reconverter as culturas não competitivas;
- Revalorizar o montado de sobro, o pinheiro manso, a vinha e a orizicultura;
- Desenvolver a pecuária e as hortícolas onde as condições o favorecerem;
- Limitar o eucaliptal, às zonas propícias, desde que não prejudique os outros objectivos;
- Proceder ao ordenamento cinegético, articulando-o com as outras actividades recreativas a promover para beneficiar o concelho;
- Melhorar o enquadramento paisagístico das unidades industriais já instaladas e fomentar uma boa integração na paisagem das novas unidades a localizar no concelho;
- Evitar o alastramento da habitação dispersa pelos foros;
- Reforçar o centro urbano de Vendas Novas;
- Aumentar a sua capacidade de acolhimento para fixação dos quadros que vêm para o concelho e para responder ao aumento de população resultante do desenvolvimento objectivado;
- Facilitar a instalação de novas unidades industriais disponibilizando terrenos para esse fim devidamente infra-estruturados;

- Promover a formação de mão-de-obra especializada necessária as indústrias, para o que é necessário desenvolver o ensino profissional orientado;
- Melhorar a imagem pela valorização do seu centro antigo e pela qualidade ambiental, para o que é necessário recuperar o património existente e torná-lo acessível;
- Melhorar as estruturas de saneamento básico.

2.2.2. Vendas Novas 2020 – Estratégia de Desenvolvimento

Instrumento de intervenção que vem substituir o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Vendas Novas (PEDVN)¹, encontrando-se na fase de elaboração através de um processo em espiral conduzindo a uma focalização progressiva no objectivo final:

“Vendas Novas 2020: Um território Atractivo para Viver, Trabalhar, Investir e Visitar” e que contempla quatro vectores fundamentais:

- i) Um diagnóstico prospectivo;
- ii) Uma visão e uma estratégia para 2020;
- iii) Um plano de acção para 2007-2013;
- iv) Um modelo operacional.

Os trabalhos em curso apontam para o desígnio de se “Construir a sustentabilidade de uma localização privilegiada”, através dos 4 seguintes eixos:

Eixo 1: Consolidar, diversificar e dinamizar a cidade empresarial

- **Parque Empresarial** – expansão, densificação de serviços (inovação, tecnologia, distribuição, formação, aprendizagem, capital humano), aprofundamento do modelo de gestão, captação de novos investimentos;
- **Articulação com o Plano Logístico Nacional** – Plataforma Logística do Poceirão, articulação da circulação logística Sines – Lisboa – Madrid;
- **Inserção na Porta Logística nascente da grande Região de Lisboa** – mobilidade.

Eixo 2: Construir e afirmar a atractividade urbana de Vendas Novas

- **Habitação atractiva** para população jovem e qualificada;
- **“Arco Verde” urbano;**
- **Renovação do Centro Histórico**, dinamismo comercial e animação cultural;
- **Rede de Equipamentos** para coesão social e atractividade;
- **Rede de mobilidade** regional.

¹ Cujo Objectivo geral consistiu em “ajudar a transformar Vendas Novas num concelho cada vez mais solidário, culto e desenvolvido, competitivo, atraente e melhor para viver” e cujo Objectivo estratégico visou definir um quadro coerente de intervenções que viabilizem uma estratégia de desenvolvimento de médio e longo prazo; bem como contribuir para a melhoria sustentada da melhoria de vida da população abrangida

Eixo 3: Enraizar Vendas Novas no modelo de cidades sustentáveis

- **Valorização dos recursos endógenos como alavanca do desenvolvimento urbano e da coesão concelhia** – sector agro-florestal, produtos certificados de origem controlada e elevada qualidade, turismo diferenciado;
- **Integração do paradigma da “vida activa” no modelo urbano de Vendas Novas** – exercício físico, desporto, ciclovias, passeios verdes, paisagem natural;
- **Excelência ambiental** – ar, água, energia renováveis, resíduos.

Eixo 4: Reforçar a capacidade institucional da Câmara Municipal de Vendas Novas e alargar as iniciativas de cooperação

- Planeamento, capacidade técnica, decisão rápida;
- Articulação Alentejo – Lisboa;
- Articulação local – regional – central;
- Cooperação público-público, público-privado e territorial.

2.2.3. Plano Municipal do Ambiente de Vendas Novas (PMA)

Instrumento da responsabilidade da CMVN, o PMA complementa outros instrumentos, nomeadamente o PDM e os seus principais traços encontram-se explicitados nos parágrafos que se seguem.

Objectivo geral:

Os objectivos do presente Plano Municipal do Ambiente são o inventário e avaliação dos recursos do Concelho de Vendas Novas, a sua articulação com as estratégias de desenvolvimento concelhio existentes, nomeadamente em termos da determinação dos factores de viabilidade e dos custos de sustentabilidade dessas estratégias e as propostas de estratégias específicas nos domínios da prevenção de factores de risco ambiental e da promoção dos factores de sustentabilidade.

Objectivo estratégico:

O objectivo estratégico deste plano é o levantamento dos recursos naturais e humanos do concelho de Vendas Novas de forma a poder ser planeadas estratégias sustentáveis de desenvolvimento que aliem os valores naturais defendidos pelo desenvolvimento sustentável com as necessidades dos munícipes.

Objectivos específicos:

- Conhecimento das características naturais do território, baseado num inventário das mesmas e uma interpretação do seu funcionamento;
- Compreensão das formas em que se utiliza o território e os seus recursos naturais;
- Degradações e ameaças que actuam sobre o território;

- Conhecimento das afectações normativas sobre o solo;
- Valorização do território, em termos de méritos de conservação;
- Estimação da potencialidade do território, em termos das oportunidades que oferece, enquanto recurso e suporte para as actividades humanas;
- Estimação da fragilidade ou vulnerabilidade do território para diferentes actividades;
- Conhecimento dos riscos naturais que se dão no território e suas implicações para as actividades humanas;
- Determinação da capacidade de acolhimento do território para as diferentes actividades.

Ao contribuírem para o desenvolvimento sustentável do concelho, estes instrumentos que se complementam, permitem criar condições para resolver, atenuar ou evitar problemas de pobreza e exclusão, ou seja, contribuem para fomentar a inclusão.

Quadro III.1. Contributos dos instrumentos de intervenção locais para a inclusão

Instrumento de intervenção	Contributo para a inclusão
PDM	Sustentabilidade ambiental, económica e social
Vendas Novas 2020	Sustentabilidade económica
PMA	Sustentabilidade ambiental
PDS	Sustentabilidade social

2.3. ENQUADRAMENTO REGIONAL E SUB-REGIONAL

A Região Alentejo a NUT Alentejo Central / Distrito de Évora constituem delimitações territoriais onde se encontra inserido o concelho. Nestes territórios localizam-se organismos / actores com responsabilidade sobre divisões geográficas e com funções relevantes para Vendas Novas. Complementarmente, também municípios adjacentes (como seja por exemplo Montemor-o-Novo) devem ser referidos neste ponto devido aos actuais e potenciais interesses e vantagens mútuas que decorrem da cooperação em diversas temáticas comuns.

A região, as suas quatro NUTE (ou os seus três distritos), apresentam na generalidade traços (com a excepção de um reduzido número de municípios) que as permitem caracterizar como:

- i) Duplamente envelhecidas, com tendência para a rarefacção humana e desertificação biofísica;
- ii) Dotadas de uma base económica debilitada, essencialmente especializada em actividades utilizadoras de recursos naturais, situadas muito a montante da cadeia de transformação, o que implica uma diminuta capacidade de gerar efeitos multiplicadores endogeneizáveis;
- iii) Matizada de alguma heterogeneidade, devido a expressivas assimetrias intra-territoriais, nomeadamente demográficas, biofísicas, económicas, etc. (inter e intra NUTE e concelhos).

A nível **regional**, encontra-se já aprovado o PO para o Alentejo, onde consta a estratégia de desenvolvimento regional (visão e eixos estratégicos de intervenção).

A visão delineada no PO contém a estratégia de desenvolvimento regional que inclui a visão e os eixos estratégicos de intervenção. A visão proposta aponta para “Alcançar um Alentejo que possa ser reconhecido, interna e externamente, como uma região capaz de gerar pela sua dinâmica empresarial riqueza e emprego; uma região aberta ao exterior, com qualidade de vida global e exemplar no plano ambiental”.

Em relação aos eixos estratégicos (ou seja as mudanças centrais pretendidas) são os seguintes três:

- i) Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego;
- ii) Abertura da economia, sociedade e território ao exterior;
- iii) Melhoria global da qualidade urbana, rural e ambiental.

Neste documento consta ainda que a concretização das grandes linhas estratégicas de desenvolvimento do Alentejo, no horizonte do próximo ciclo de programação estrutural (“Alentejo 2015”), deve tomar na devida consideração duas motivações básicas:

- i) Ligada ao esforço de renovação do modelo económico, visando uma aceleração significativa da competitividade e atractividade económica da região;
- ii) Ligada ao esforço de consolidação, racionalização e valorização dos investimentos estruturantes já realizados.

Ainda a este nível territorial encontra-se em fase elaboração o PROT Alentejo abrangendo os 47 municípios integrantes das NUT III Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo. Neste documento, que apresenta como objectivo global o estabelecimento de uma visão integrada do território do Alentejo e das dinâmicas regionais e locais, encontra-se definido um modelo de organização territorial conducente à promoção das realidades urbanas e rurais adequadas às exigências crescentes e diferenciadas da sociedade, de forma a que sejam

potenciadas as especificidades decorrentes da elevada diversidade de situações que caracterizam a região, valorizados os recursos e orientadas mudanças significativas nas funções a desempenhar pelo espaço rural.

Esse documento constitui portanto um instrumento de gestão territorial, de âmbito regional, e com natureza estratégica, apresentando-se como uma peça fundamental no funcionamento e articulação do Sistema de Gestão Territorial português, criado pela Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei nº 48/98, de 23 de Março).

Nesta região, e mais particularmente na NUTE Alentejo Central, localizam-se na cidade de Évora vários órgãos da Administração Central, nomeadamente Direcções Regionais, Institutos, etc. (entre outras a DREA, a CCDR, o CDSS, a ARS) com que o município de Vendas Novas no cumprimento das suas atribuições tem por vezes de estabelecer contactos mais ou menos intensos.

No nível **sub-regional** (NUTE III Alentejo Central / Distrito de Évora) constituído por 14 municípios (não coincidentes na NUTE e no distrito) verifica-se como já referido, a existência de várias características que tipificam a região.

As debilidades e as potencialidades inerentes a esta sub-região são objecto de tratamento adequado no PIDDEV, instrumento de intervenção a cargo da AMDE, Associação esta que igualmente colabora na elaboração do PIMOTEV, plano através do qual se procura estabelecer uma articulação entre as políticas económica, social, cultural e ambiental para o conjunto dos 14 municípios do Distrito de Évora) e a Rede Supramunicipal (que integra as Redes Sociais concelhias).

Ainda por constituir um círculo onde se situam alguns dos concelhos com os quais Vendas Novas devido à proximidade mantém várias relações de vizinhança decorrente da troca de fluxos, problemas e interesses comuns, esta unidade de análise assume um papel incontornável nos destinos do concelho, em especial o concelho de Montemor com o qual Vendas Novas poderá vir a concretizar projectos de interesse comum na área social.

□ 2.4. ENQUADRAMENTO A NÍVEL NACIONAL

A nível nacional encontram-se em vigor vários instrumentos de planeamento que visam dar resposta a problemas incluídos no PDS.

Assim, a este nível, e de acordo com o que consta no Decreto de Lei nº 115/2006 de 14 de Junho, o PDS articula-se com os seguintes documentos de âmbito nacional, Plano Nacional para a Acção, Crescimento e Emprego (PNACE), o Plano Nacional de Acção para a

Inclusão (PNAI), o Plano Nacional de Emprego (PNE), o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Plano Tecnológico (PT), o Plano Nacional de Saúde (PNS), com especial enfoque na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, o Plano para a Acção e Integração para Pessoas com Deficiência e Incapacidades (PAIPDI), o Plano Nacional para a Igualdade (PNI), o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica (PNCVD) e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

2.4.1. Plano Nacional para a Acção, Crescimento e Emprego

Em vigor para o quadriénio 2005/2008 consiste num programa integrado e pragmático que Portugal se propõe desenvolver no contexto da União Europeia, face aos desafios colocados pela economia e pela sociedade globalizada em que tem que competir e se quer afirmar.

O programa é um guia para a concretização duma estratégia nacional de reformas e modernização concebida no quadro das referências e prioridades da Estratégia de Lisboa, assumindo-se como uma resposta global às linhas de orientação aprovadas pelo Conselho Europeu, nas suas dimensões macroeconómica, micro económica e de emprego, às recomendações gerais de política económica e de política de emprego para Portugal formuladas pela Comissão Europeia, e às prioridades identificadas pela Comissão Europeia para Portugal no Quadro da elaboração do Plano Nacional de Reformas, designadamente a sustentabilidade das contas públicas e do deficit externo, a investigação e desenvolvimento e a inovação, a concorrência nos serviços, o emprego, a organização do mercado de trabalho, a educação e a formação ao longo da vida.

Engloba de forma coerente os diversos programas e planos de acção com incidência no Crescimento e no Emprego, os quais são incluídos no Programa como anexos fundamentais para a sua implementação e avaliação.

Enquadra, em particular, o Programa de Estabilidade e Crescimento, na dimensão Macroeconómica, o Plano Tecnológico na dimensão de competitividade e qualificação, e o Plano Nacional de Emprego na dimensão emprego.

O documento sobre PNACE aborda os seguintes tópicos:

- Estratégia de Lisboa-Portugal de Novo – *Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005/2008*;
- Políticas no *Domínio Macroeconómico* (1. Crescimento Económico e Sustentabilidade das Contas Públicas, 2. Governação e Administração Pública);
- Políticas no *Domínio Microeconómico* (3. Competitividade e Empreendedorismo, 4. Investigação, Desenvolvimento e Inovação, 5. Coesão Territorial e Sustentabilidade Ambiental, 6. Eficiência dos Mercados);
- *Domínio Qualificação, Emprego e Coesão Social* inclui a Qualificação, Emprego e Coesão Social.

O documento termina com a apresentação de uma Matriz Políticas Nacionais x *Guidelines*, com uma Síntese das Medidas do PNACE por política e com uma Lista de 4 Anexos (Anexo I - Prioridades Estratégicas do Quadro de Referência Estratégica Nacional - QREN 2007-2013; Anexo II - Plano Nacional de Desenvolvimento Rural 2007 – 2013; Anexo III - Linhas de Orientação da Avaliação Global e da Avaliação da Qualidade do Sistema de Ensino Superior Português Anexo IV – Plano Nacional de Emprego).

2.4.2. Plano Nacional de Acção para a Inclusão

Este Plano encontra-se estruturado em 5 pontos principais:

O primeiro consiste no Enquadramento. Na Parte I são abordadas as Principais Tendências e Desafios. Na Parte II encontra-se subdividida em 2 tópicos. Um 1º designado por Estratégia de Inclusão Social e um 2º designado por Prioridades Políticas onde são explicitadas as prioridades assumidas pelo Estado português (Prioridade 1 - Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania; Prioridade 2 - Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação e Prioridade 3 - Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes.

A Parte III incide sobre a Boa Governança. A Parte IV refere 3 Boas Práticas (1. Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, 2. Metodologia de Atendimento Integrado, e 3. Activar a Participação. Finalmente constam 2 anexos. O Anexo I inclui uma listagem de medidas, indicadores e recursos afectos, e o Anexo II inclui um Portefólio de indicadores de inclusão social.

Quanto aos antecedentes deste instrumento, encontramos a Cimeira de Lisboa (Março de 2000) onde os Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros assumiram o objectivo estratégico de tornar a Europa comunitária no espaço baseado na economia do conhecimento mais competitiva do mundo, promovendo mais e melhores empregos e mais coesão social, tendo então sido assumido o compromisso de produzir um impacto decisivo na erradicação da pobreza e da exclusão social.

O principal vector político deste objectivo estratégico e desta estratégia de cooperação na promoção de políticas inclusivas e de combate à pobreza e exclusão social assentou no Método Aberto de Coordenação (MAC) no domínio da protecção e inclusão social.

Os objectivos comuns de inclusão social, aos quais os PNAI 2006-2008 devem dar resposta são:

- a) Garantir o acesso de todos aos recursos, direitos e serviços sociais básicos, necessários à participação na sociedade, ao mesmo tempo que se encontram respostas para formas extremas de exclusão e se combatem todas as discriminações conducentes à exclusão;
- b) Garantir a inclusão social activa de todos, através da promoção da participação no mercado de trabalho e do combate à pobreza e à exclusão das pessoas e dos grupos mais marginalizados;

- c) Garantir que as políticas de inclusão social são bem coordenadas e contam com o envolvimento de todos os níveis do governo e agentes pertinentes (incluindo as pessoas que vivem na pobreza), que são eficientes e integradas em todas as políticas públicas relevantes, designadamente as políticas económicas e orçamentais, de educação e formação e os programas dos fundos estruturais (nomeadamente o FSE), e que têm em conta a perspectiva da igualdade entre homens e mulheres;

Deste modo, o Governo Português assume as seguintes prioridades políticas:

- i) Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania;
- ii) Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação;
- iii) Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes.

2.4.3. Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

Tem por finalidade concretizar a estratégia de ordenamento, desenvolvimento e coesão territorial do País, conforme disposto nos artigos 26º a 29º do Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro, e está organizado em 3 capítulos.

No capítulo 1 – Orientações Gerais – são retomadas, de forma direccionada para a acção, a visão, as opções estratégicas e o modelo territorial apresentados no capítulo 4 do Relatório – *Portugal 2025: Estratégia e Modelo Territorial* –, o qual surge na sequência de três capítulos anteriores, respectivamente, de enquadramento do país no contexto ibérico, europeu, atlântico e mundial (capítulo 1), de caracterização das condicionantes, problemas, tendências e cenários de desenvolvimento territorial de Portugal (capítulo 2) e de diagnóstico estratégico das várias regiões (capítulo 3).

No capítulo 2 – Programa das Políticas – apresenta-se e fundamenta-se o conjunto articulado de objectivos estratégicos, objectivos específicos e medidas que especificam, respectivamente, o rumo traçado no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) para o Portugal 2025, as principais linhas de intervenção a desenvolver com essa finalidade e, ainda, as acções prioritárias que permitirão concretizar o rumo e as linhas de intervenção propostas. Este capítulo contém, assim, um quadro integrado de compromissos do conjunto das políticas com incidência territorial na prossecução da estratégia e dos objectivos do PNPOT, cujas estrutura e tradução em termos de responsabilidades de acção governativa são analisadas na sua parte final.

O capítulo 3 – Directrizes para os Instrumentos de Gestão Territorial – especifica o modo como os diversos instrumentos de gestão territorial deverão contribuir para concretizar a estratégia e

o programa de acção estabelecidos no PNPOT, começando por enquadrar globalmente a sua relação com os outros Instrumentos de Gestão Territorial e apresentando, depois, orientações específicas para cada um dos respectivos tipos.

Nos Anexos ao Programa de Acção incluem-se três quadros de síntese da estrutura do Programa das Políticas e da sua repercussão nos Instrumentos de Gestão Territorial, que constituem importantes elementos de suporte e complemento ao conteúdo dos capítulos 2 e 3, a saber: I – Medidas Prioritárias por Tipos de Intervenção Política; II – Objectivos Específicos e Domínios de Acção Governativa; e III – Medidas Prioritárias e Instrumentos de Gestão Territorial.

2.4.4. Plano Tecnológico

O Plano Tecnológico constitui uma agenda de mudança para a sociedade portuguesa, encontrando-se direccionado para as empresas, as famílias e as instituições, procurando que através do esforço conjugado de todos, possam ser ultrapassados os desafios de modernização que Portugal enfrenta, sendo assumido pelo Governo como uma prioridade para as políticas públicas.

Este Plano representa ainda o pilar para o Crescimento e a Competitividade do Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego, que traduz a aplicação em Portugal das prioridades da Estratégia de Lisboa, e enquanto estratégia para promover o desenvolvimento e reforçar a competitividade do país, baseia-se em três eixos:

- I.** Conhecimento - Qualificar os portugueses para a sociedade do conhecimento, fomentando medidas estruturais vocacionadas para elevar os níveis educativos médios da população, criando um sistema abrangente e diversificado de aprendizagem ao longo da vida e mobilizando os portugueses para a Sociedade de Informação;
- II.** Tecnologia - Vencer o atraso científico e tecnológico, apostando no reforço das competências científicas e tecnológicas nacionais, públicas e privadas, reconhecendo o papel das empresas na criação de emprego qualificado e nas actividades de investigação e desenvolvimento (I & D);
- III.** Inovação - Imprimir um novo impulso à inovação, facilitando a adaptação do tecido produtivo aos desafios impostos pela globalização através da difusão, adaptação e uso de novos processos, formas de organização, serviços e produtos.

2.4.5. Plano Nacional para a Igualdade

Este Plano tem como finalidade perspectivar uma forma de organização social onde os homens e as mulheres participem de forma mais igual em todas as esferas da vida económica, social e política. Para tanto inclui medidas estruturantes e medidas por grandes áreas de intervenção.

Nas medidas estruturantes direccionadas para a Administração Pública e que comprometem e abrangem todos os Ministérios prevê a criação em cada Ministério, equipas representativas das diferentes unidades orgânicas que ficarão responsáveis pela disseminação da temática da igualdade, a médio e longo prazo, e que assegurarão a implementação do Plano.

As Medidas por grandes áreas de intervenção que embora tendo em atenção o papel catalizador do Estado, apontam para uma estreita colaboração com todos os agentes sociais: cidadãos/ãs, empresas, organizações não governamentais e outras associações e organizações da sociedade civil, parceiros sociais, etc.

O Plano encontra-se estruturado em 4 grandes áreas de intervenção:

- I.** Actividade Profissional e Vida Familiar;
- II.** Educação, Formação e Informação;
- III.** Cidadania e Inclusão Social;
- IV.** Cooperação com os países da CPLP.

Estas áreas por sua vez estão subdivididas em capítulos específicos, e apresentam a particularidade de englobar medidas que nem sempre se relacionam apenas com a área com que estão mais directamente identificadas.

2.4.6. Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica

Pretende-se com a realização deste Plano mudar o panorama da situação vigente, mediante intensificação do combate sem tréguas à violência doméstica.

O documento abarca os seguintes tópicos:

- i)** Informação, sensibilização e prevenção;
- ii)** Formação;
- iii)** Legislação e sua aplicação;
- iv)** Protecção da vítima e integração social;
- v)** Investigação, tópicos sobre os quais consta seguidamente uma breve referência.

Informação, sensibilização e prevenção

Porque apostar na sensibilização e na prevenção, tanto dos adultos como das gerações mais novas, é um dos caminhos para alterar a actual situação, o Plano prevê a realização de acções de informação e divulgação sobre os direitos e deveres daqueles públicos de forma a que toda a sociedade seja envolvida no combate a um crime público que tem proporções inaceitáveis, pois a eficácia deste combate depende de todos os portugueses.

Formação

Por se revestir de especificidades próprias, a abordagem da temática da violência doméstica exige uma aproximação cuidada, o que implica trabalhar com este problema com profissionalismo, devendo para o efeito as entidades competentes disponibilizar formação

continuada a todos os profissionais das mais diversas áreas e elementos da sociedade civil que se confrontam no seu dia a dia, em primeira linha, com as situações concretas. Para que na actualidade os profissionais de hoje e no futuro as gerações vindouras possam estar adequadamente preparados para enfrentar de forma tão profissional quanto possível com este fenómeno, a formação deve revestir-se de uma natureza dupla e incidir fundamentalmente sobre os dois seguintes tipos de público-alvo:

- a)** Formação inicial: sensibilização das entidades competentes, nomeadamente do ensino universitário para a importância da inclusão de módulos sobre violência doméstica em cursos universitários, e de formação profissional para futuros/as profissionais mais directamente envolvidos no atendimento de vítimas deste tipo de violência e na criação de um ambiente propício ao tratamento sério deste problema;²
- b)** Formação contínua e multidisciplinar, dirigida a todos os grupos-alvo que, de algum modo, têm contacto ou estejam envolvidos no atendimento e protecção de vítimas de violência doméstica.³

Legislação e sua aplicação

Garantir a integridade física e moral de mulheres, crianças, idosos/ as e outras pessoas vulneráveis que são vítimas de violência doméstica, é um valor salvaguardado no nosso ordenamento jurídico desde 1976, que será objecto de uma continuada atenção e poderá implicar, em determinadas circunstâncias, a revisão da lei.

Protecção da vítima e integração social

Na medida em que o combate à violência doméstica, pela complexidade de situações que estão na sua origem, só terá sucesso quando a sociedade assentar num modelo organizativo diferente é imperioso actuar tendo em vista um maior equilíbrio nos papéis desempenhados pelas mulheres e pelos homens na sociedade e na família. Sendo este um combate que se prolongará por muitos anos, tal requer, no curto prazo, que seja assegurada uma protecção efectiva das vítimas, implicando dois momentos diferentes: por um lado a assistência em situações de emergência social, que passa por uma crescente implementação da rede de casas de apoio e, por outro, garantir que nas ocasiões de difícil da ruptura se perspetive um novo projecto de vida, o que só será possível mediante uma eficaz reintegração social das vítimas e seus descendentes.

Investigação

Verificando-se que a problemática da violência doméstica tem sido objecto de uma crescente visibilidade pública, nomeadamente por parte dos órgãos de comunicação social, a dura

² Tais como jornalistas, ciências políticas, etc.); PCM/CIDM, MCES, MSST, ME, MAI, MJ, Ordens Profissionais.

³ Como por exemplo magistrados, advogados, juristas, agentes das forças policiais, profissionais de saúde, comunicação social, agentes sociais, etc. PCM/CIDM MCES, ME, MSST, MAI, MJ, MS, AO.

realidade vivida pelas vítimas só poderá combatida com a máxima eficácia se o fenómeno for conhecido em profundidade. Porque é ainda insuficientemente, conhecida a dimensão social e económica deste flagelo, torna-se forçoso colmatar esta lacuna, pelo que deverão ser promovidos pelo governo estudos sectoriais, em parceria com as universidades e com os organismos públicos e privados que financiam a investigação. É portanto crucial obter dados concretos, que permitam tirar conclusões e elaborar projecções objectivas sobre esta problemática.

Mulheres imigrantes

Decorrente do número de imigrantes a viver em Portugal que, tem vindo a atingir uma dimensão muito significativa, verifica-se a coexistência de várias comunidades, com valores e referências culturais muito diferentes, daí resultando problemas novos, nomeadamente na área da violência doméstica, de entre os quais a prática de qualquer forma de mutilação genital feminina em Portugal, pelo que urge actuar nesse sentido. Assim, na aplicação de todas as outras medidas deste Plano as mulheres imigrantes serão consideradas em igualdade de circunstâncias com as de nacionalidade portuguesa.

2.4.7. Plano Nacional de Saúde

O Plano Nacional de Saúde 2004-2010 é o documento onde constam as orientações estratégicas que se propõem sustentar, política, técnica e financeiramente, uma vontade nacional, conferindo-lhe um cunho integrador e facilitador na coordenação e inter-colaboração dos variados sectores que em Portugal contribuem para a saúde das populações.

Com o trabalho que sustenta o documento procura-se atingir três grandes objectivos estratégicos:

- Obter ganhos em saúde, aumentando o nível de saúde nas diferentes fases do ciclo de vida e reduzindo o peso da doença;
- Utilizar os instrumentos necessários, num contexto organizacional adequado, nomeadamente centrando a mudança no cidadão, capacitando o sistema de saúde para a inovação e reorientando o sistema prestador de cuidados;
- Garantir os mecanismos adequados para a efectivação do Plano, através de uma cativação de recursos adequada, promovendo o diálogo intersectorial, adequando o quadro de referência legal e criando mecanismos de acompanhamento e actualização do Plano.

É, portanto um instrumento de alcance vasto que visa dinamizar a formatação de políticas intersectoriais concertadas, cujo reflexo administrativo será a cooperação interministerial, numa lógica de impacto global para a melhoria da Saúde.

As principais estratégias orientadoras adoptadas no Plano, são as seguintes quatro: i) **Estratégias gerais** (Prioridade aos mais pobres; Abordagem programática; Abordagem com base em *settings*); ii) **Estratégias para obter mais saúde para todos** (Abordagem centrada na família e no ciclo de vida; Abordagem à gestão integrada da doença); iii) **Estratégias para a gestão da mudança** (Mudança centrada no cidadão; Capacitar o sistema de saúde para a inovação; Reorientar o sistema de saúde; Acessibilidade e racionalidade da utilização do medicamento); iv) **Estratégias para garantir a execução do Plano** (Acompanhamento do Plano; Cativação de recursos; Diálogo; Quadro de referência legal).

Na sequência deste plano foi aprovado em 16 de Março de 2006 pelo Conselho de Ministros o diploma que criou a **Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde a Idosos e Dependentes**, no âmbito dos Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade Social.

Nesse diploma consta que os Cuidados Continuados Integrados são o conjunto de intervenções sequenciais de saúde e/ou de apoio social, decorrente da avaliação conjunta, centrados na recuperação global entendida como o processo terapêutico e de apoio social, activo e contínuo, que visa promover a autonomia melhorando a funcionalidade da pessoa em situação de dependência, através da sua reabilitação, readaptação e reinserção familiar e social.

Consta ainda que os **Cuidados Continuados Integrados** compreendem:

- i) A reabilitação, a readaptação e a reintegração social;
- ii) A provisão e manutenção do conforto e qualidade de vida, mesmo em situações irrecuperáveis.

A prestação de Cuidados Continuados Integrados é assegurada por:

- i) Unidades de Internamento;
- ii) Unidades de Ambulatório;
- iii) Equipas Hospitalares;
- iv) Equipas Domiciliárias.

Quanto às equipas **Hospitalares** são:

- i) Equipas de Gestão de Altas;
- ii) Equipas Intra Hospitalares de Suporte em Cuidados Paliativos.

Pretende-se com esta iniciativa desenvolver acções mais próximas das pessoas em situação de dependência e investir no desenvolvimento de cuidados de longa duração, tendo em atenção o modelo de intervenção em matéria de Cuidados Continuados Integrados, destinados a pessoas em situação de dependência.

2.4.8. Plano para a Acção e Integração para Pessoas com Deficiência e Incapacidades

Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2006. DR 183 SÉRIE I de 2006-09-21, O 1º Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade traduz o objectivo do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social que consiste em promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiências e garantir o acesso a um conjunto de bens e serviços disponíveis à sociedade em geral, de forma a permitir a sua plena participação, através de políticas integradoras e práticas sustentadas.

Os **objectivos** que estruturam o Plano consubstanciam-se nos seguintes vectores:

- i)** Promoção dos direitos humanos e do exercício da cidadania;
- ii)** Integração das questões da deficiência e da incapacidade nas políticas sectoriais;
- iii)** Acessibilidade a serviços, equipamentos e produtos;
- iv)** Qualificação, formação e emprego das pessoas com deficiências ou incapacidade;
- v)** Qualificação dos recursos humanos/formação dos profissionais e conhecimento estratégico.

Este Plano de Acção, cuja vigência abrange o período 2006-2009, abarca dois capítulos.

No capítulo I (Intervenção e estratégias para a qualidade de vida), consta a parte mais substantiva das medidas, estando subdividido em três eixos de intervenção: Acessibilidades e informação (Eixo 1); Educação, qualificação e promoção da inclusão laboral (Eixo 2); Habilitar e assegurar condições de vida dignas (Eixo 3).

No capítulo II são abordadas as Condições para a intervenção e execução do Plano e consta um capítulo dedicado à investigação e desenvolvimento, no qual são abordadas as condições necessárias para que aquelas medidas se possam executar de forma sustentada e em condições de transversalidade, sujeitas a uma avaliação regular para que se possam aferir os impactes que as mesmas tiveram junto das pessoas e das estruturas para quem foram dirigidas.

2.4.9. Plano Nacional de Emprego

Face às características do emprego e do desemprego que se fazem sentir em Portugal, as prioridades do PNE 2005-08 são as seguintes:

- i)** Promover a criação de emprego, prevenir e combater o desemprego;
- ii)** Antecipar e gerir positivamente as reestruturações;
- iii)** Promover a flexibilidade com segurança no emprego;
- iv)** Reforçar a educação e qualificação da população;
- v)** Modernizar o sistema de protecção social.

Para se atingir estas prioridades, as linhas de intervenção do PNE 2005-2008 consubstanciavam-se nas seguintes 15 medidas:

- 1) Programa de intervenção: jovens desempregados
- 2) Programa de intervenção: Diplomados desempregados
- 3) Os programas de estágios
- 4) Programa de intervenção: Envelhecimento Activo
- 5) Aumentar a participação das mulheres na vida activa
- 6) Públicos com especiais dificuldades de inserção
- 7) Relançar a abordagem territorial e sectorial das políticas de emprego
- 8) Programa de intervenção: Entidades empregadoras
- 9) Gerir preventivamente as reestruturações empresariais
- 10) Prevenção de riscos profissionais
- 11) Relações laborais
- 12) Autonomização do salário mínimo nacional
- 13) Reforma do ensino básico
- 14) Iniciativa novas oportunidades JOVENS
- 15) Iniciativa novas oportunidades ACTIVOS

2.4.10. Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), constitui o quadro que orienta o esforço de aproximação de Portugal aos padrões de desenvolvimento dos países mais avançados da União Europeia, assegurando o equilíbrio das dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento e, contemplando uma estreita articulação com o Quadro de Referência Estratégia Nacional, o qual constitui o suporte de programação de iniciativas co-financiadas por fundos comunitários no horizonte de 2007-2013.

Pretende-se que a ENDS seja um instrumento mobilizador da sociedade portuguesa, dos diferentes parceiros sociais e, individualmente, de cada cidadão, em particular para os desafios do desenvolvimento sustentável, aplicando as orientações da Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável, aprovada no Conselho Europeu de 9 de Junho de 2006.

Este documento consagra uma perspectiva de cidadania alargada e aprofundada na concretização dos vectores chave da Estratégia de Lisboa, apostando-se, designadamente, na qualificação dos portugueses e no aproveitamento do potencial científico, tecnológico e cultural como suportes de competitividade e coesão; na internacionalização e na preparação das empresas para a competição global; na sustentabilidade dos sistemas de protecção social e numa abordagem flexível e dinâmica dos processos de coesão; na gestão eficiente dos recursos e na protecção e valorização do ambiente, com adopção de soluções energéticas menos

poluentes; na conectividade do País e na valorização equilibrada do território; no reforço da cooperação internacional e na melhoria da qualidade na prestação dos serviços públicos.

A ENDS encontra-se estruturada em torno dos sete seguintes objectivos estratégicos, os quais se encontram desdobrados em prioridades e vectores:

- i) Preparar Portugal para a «Sociedade do Conhecimento»;
- ii) Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética;
- iii) Melhor Ambiente e Valorização do Património;
- iv) Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social;
- v) Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território;
- vi) Um Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional;
- vii) Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada.

Com as metas transversais para 2015 incluídas na ENDS pretende-se colocar Portugal num patamar de desenvolvimento económico mais próximo da média europeia, melhorar a posição do País no índice de Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e reduzir o défice ecológico em Portugal.

2.4.11. Quadro de Referência Estratégico Nacional

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), para o período 2007-2013 é o documento no qual Portugal assume como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.

A prossecução deste grande desígnio estratégico, indispensável para assegurar a superação dos mais significativos constrangimentos à consolidação de uma dinâmica sustentada de sucesso no processo de desenvolvimento económico, social e territorial de Portugal, é assegurada pela concretização, com o apoio dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, por todos os Programas Operacionais, no período 2007-2013, de três grandes Agendas Operacionais Temáticas, que incidem sobre três domínios essenciais de intervenção, o potencial humano, os factores de competitividade da economia e a valorização do território:

- **Agenda Operacional para o Potencial Humano**, que congrega o conjunto das intervenções visando a promoção das qualificações escolares e profissionais dos portugueses e a promoção do emprego e da inclusão social, bem como as condições para a valorização da igualdade de género e da cidadania plena. Esta Agenda integra as seguintes grandes vertentes de intervenção: Qualificação Inicial, Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida, Gestão e Aperfeiçoamento Profissional, Formação

Avançada para a Competitividade, Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa, Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social e, ainda, a Promoção da Igualdade de Género.

- **Agenda Operacional para os Factores de Competitividade**, que abrange as intervenções que visam estimular a qualificação do tecido produtivo, por via da inovação, do desenvolvimento tecnológico e do estímulo do empreendedorismo, bem como da melhoria das diversas componentes da envolvente da actividade empresarial, com relevo para a redução dos custos públicos de contexto. Esta Agenda compreende, como principais vectores de intervenção, Estímulos à Produção do Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico, Incentivos à Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização, Instrumentos de Engenharia Financeira para o Financiamento e Partilha de Risco na Inovação, Intervenções Integradas para a Redução dos Custos Públicos de Contexto, Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial, Estímulos ao Desenvolvimento da Sociedade da Informação, Redes e Infra-estruturas de Apoio à Competitividade Regional e, ainda, Acções Integradas de Valorização Económica dos Territórios menos Competitivos.
- **Agenda Operacional para a Valorização do Território** que, visando dotar o país e as suas regiões e sub-regiões de melhores condições de atractividade para o investimento produtivo e de condições de vida para as populações, abrange as intervenções de natureza infra-estrutural e de dotação de equipamentos essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial. Esta Agenda acolhe como principais domínios de intervenção o Reforço da Conectividade Internacional, das Acessibilidades e da Mobilidade, a Protecção e Valorização do Ambiente, a Política de Cidades e, ainda, as Redes de Infra-estruturas e Equipamentos para a Coesão Territorial e Social.

A concretização destas três Agendas Temáticas é operacionalizada, no respeito pelos princípios orientadores assumidos pelo QREN - da concentração, da selectividade, da viabilidade económica e sustentabilidade financeira, da coesão e valorização territoriais e da gestão e monitorização estratégica - pelos seguintes Programas Operacionais:

- **Programas Operacionais Temáticos** - Potencial Humano, Factores de Competitividade e Valorização do Território - co-financiados respectivamente pelo Fundo Social Europeu (FSE), pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e, conjuntamente, pelo FEDER e Fundo de Coesão.
- **Programas Operacionais Regionais do Continente** - Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve - co-financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

- **Programas Operacionais das Regiões Autónomas** - dos Açores e da Madeira - co-financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelo Fundo Social Europeu.
- **Programas Operacionais de Cooperação Territorial** Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional, co-financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelo Fundo Social Europeu.
- **Programas Operacionais de Assistência Técnica**, co-financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelo Fundo Social Europeu.

Em coerência com as prioridades estratégicas e operacionais, a execução do QREN e dos respectivos Programas Operacionais é viabilizada pela mobilização de significativos recursos comunitários – cerca de **21,5 mil milhões de Euros**

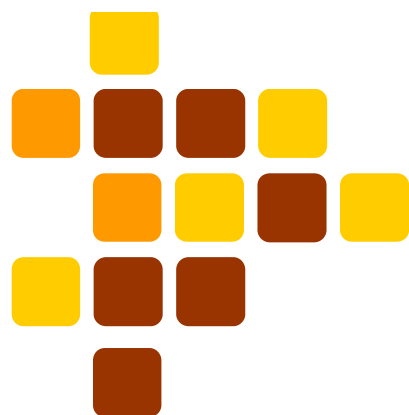
2.5. ENQUADRAMENTO AO NÍVEL DA UNIÃO EUROPEIA

Espaço político-económico onde se insere Portugal desde 1986, a União Europeia que enfrenta actualmente um abrandamento da economia e enferma de um envelhecimento populacional progressivo, encontra-se desde Março de 2000 norteadada pela Estratégia de Lisboa (actualmente em revisão), que elege o emprego, as reformas económicas e a coesão social como partes integrantes de uma economia baseada no conhecimento. Esta estratégia tem como objectivo permitir que a UE até ao ano de 2010, se transforme na economia de conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de gerar um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e maior coesão social.

Para que seja atingido esse objectivo (potenciando os factores positivos e minimizando os factores negativos que a caracterizam), a União Europeia avançou para o período 2007-2013 com Programas de Iniciativa Comunitária⁴ dos quais para o presente PDS se pode relevar os que seguidamente se indicam: Jaspers, Jeremie e Jessica; 7º Programa Quadro de Investigação; Rede Transeuropeia de Transportes; Redes Transeuropeias de Energia; Galileo; Marco Polo II; Erasmus Mundus; Programa Quadro para a Competitividade e Inovação; Intercâmbio de Informação entre as Administrações, as Empresas e os Cidadãos (Idabc); Safer Internet Plus ; Econtent Plus ; Life +. Com especial interesse para os parceiros do CLAS há a destacar os seguintes: Programa para o Emprego e a Solidariedade Social (Progress) e Aprendizagem ao Longo da Vida (este, desagregado em 4 sub-Programas: Comenius, Erasmus, Leonardo da Vinci e Grundtvig).

⁴ A informação sobre estes Programas pode ser recolhida no seguinte site: http://www.qca.pt/pac/pac_2007.asp

É neste quadro que se vai desenrolar a implementação do PDS do concelho de Vendas Novas para 2007-2010, que será favorecido pelos factores positivos (pontos fortes e oportunidades) e, afectado pelos factores negativos (pontos fracos e ameaças) identificados no Diagnóstico Social. Retirada da análise efectuada sobre o *continuum* território-envolventes, consta neste documento, no próximo ponto, uma sistematização que articula os objectivos consignados em sede e, os instrumentos através dos quais se disponibiliza apoios para debelar os problemas com que Vendas Novas se debate.



3. Linhas Orientadoras do PDS

Face aos resultados obtidos no DS, foi considerado que as linhas orientadoras genéricas ou objectivos gerais do PDS a ter em conta são os seguintes:

- Criar equipamentos e respostas sociais de apoio à população deficiente;
- Colmatar insuficiências no sector da saúde em áreas tais como: instalações, equipamentos, pessoal e hábitos dos utentes;
- Reforçar a dinâmica de uma sólida cultura de parceria;
- Elevar o nível de qualificação escolar e formação profissional da população residente;
- Fomentar a prevenção e o combate à violência doméstica e aos maus-tratos;
- Dotar de competências pessoais, parentais e profissionais grupos sociais desfavorecidos;
- Aumentar a taxa de cobertura de equipamentos e/ou respostas sociais de apoio à população idosa e pessoas com dependência;
- Aumentar os níveis de qualidade das respostas sociais concelhias;
- Reforçar o alojamento em condições minimamente dignas das populações carenciadas;
- Contribuir para o aumento e qualidade do emprego e do desenvolvimento sustentável da economia;
- Contribuir para a resolução de problemas de Ordenamento, Qualificação Urbana e Ambiente;
- Criar refeitório (s) escolares para ensinos pré-escolar e básico;
- Promover a Igualdade de oportunidades;
- Promover a conciliação entre a vida familiar e profissional;
- Melhorar os recursos materiais e humanos de acompanhamento das crianças do pré-escolar e do ATL;
- Estimular a adopção de estilos de vida saudáveis, através do combate aos fenómenos da adictividade e, estímulo à adopção de hábitos e práticas saudáveis;
- Adequar o nº, qualidade de equipamentos desportivos e recreativos e de outras respostas às necessidades da população jovem, adulta e idosa;
- Contribuir para as respostas que melhorem a segurança de pessoas e bens;
- Necessidade da promoção de um eixo Vendas Novas-Évora-Badajoz que potencie uma plataforma de serviços de logística internacional

Recorde-se que as orientações referidas assentam nas prioridades seleccionadas no DS (Anexo I), para o concelho de Vendas Novas durante o ciclo 2007-2013⁵, e o seu relacionamento com os planos em curso a nível nacional é apresentado no quadro que se apresenta seguidamente.

⁵ Relembre-se que as prioridades seleccionadas no DS para Vendas Novas durante o ciclo de 2007-2013 (Ver Sumário Executivo do Diagnóstico Social do CLAS de Vendas Novas) são as seguintes: **i)** Inexistência de Equipamentos / Respostas de apoio à população deficiente (3,00); **ii)** Insuficiências diversificadas no sector da saúde em áreas tais como: instalações, equipamentos, pessoal e hábitos dos utentes (3,00); **iii)** Défice de acompanhamento multidisciplinar às famílias desfavorecidas e vulneráveis (2,81); **iv)** Insuficiente qualificação escolar e profissional (2,75); **v)** Número

Quadro único. Articulação das Políticas com os Objectivos Gerais

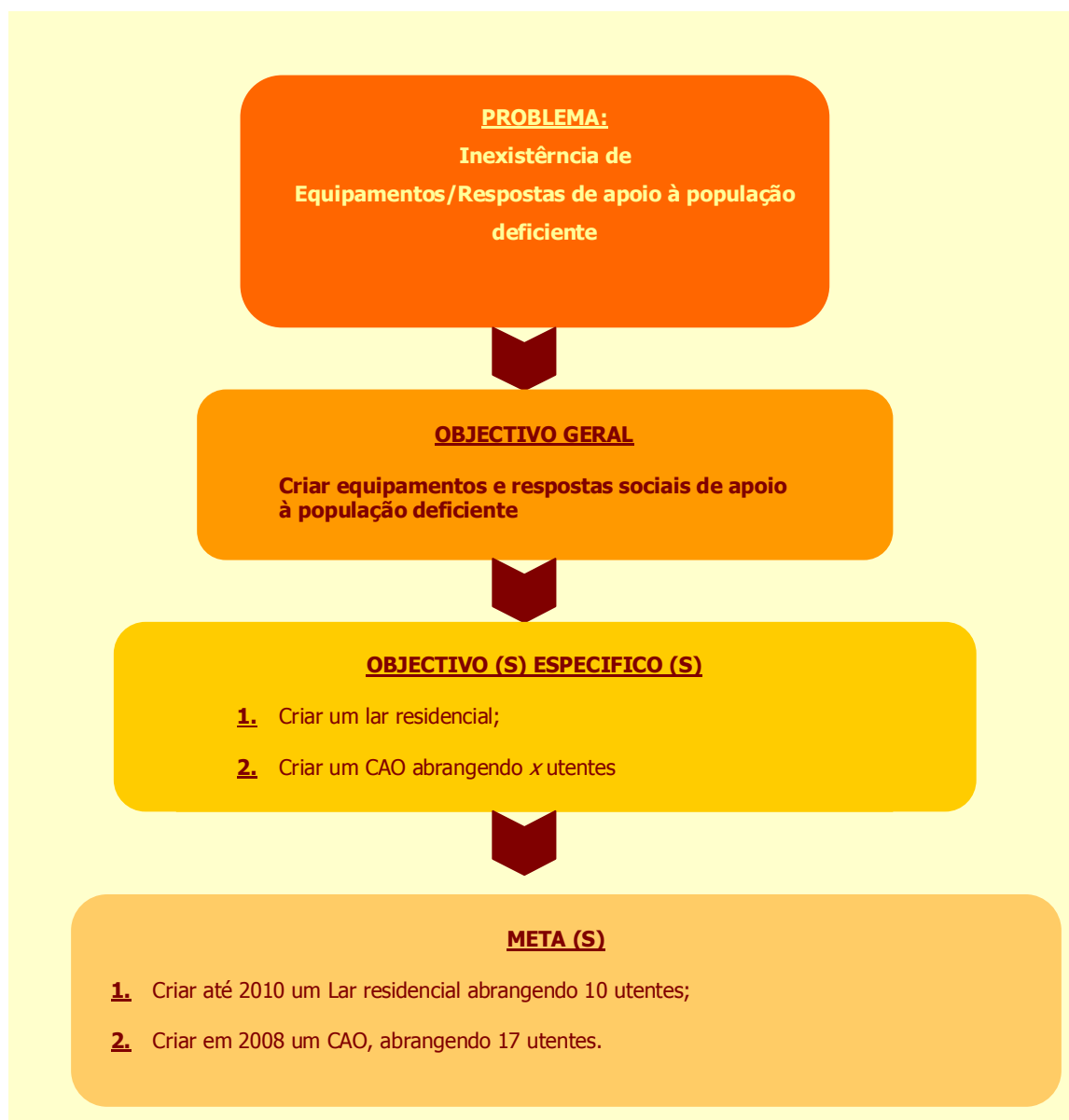
	PNACE	PNAI	PNPOT	PT	PNI	PNCVD	PNS	PAIPDI	PNE	ENDS	QREN
Criar equipamentos e respostas sociais de apoio à população deficiente;		X			X			X			X
Colmatar insuficiências no sector da saúde em áreas tais como: instalações, equipamentos, pessoal e hábitos dos utentes							X				
Reforçar a dinâmica de uma sólida cultura de parceria;											
Elevar o nível de qualificação escolar e formação profissional da população residente;		X		X							X
Fomentar a prevenção e o combate à violência doméstica e aos maus-tratos;		X				X					
Dotar de competências pessoais, parentais e profissionais grupos sociais desfavorecidos;		X			X	X	X				
Aumentar a taxa de cobertura de equipamentos e/ou respostas sociais de apoio à população idosa e pessoas com dependência;		X									X
Aumentar os níveis de qualidade das respostas sociais concelhias;		X			X		X				
Reforçar o alojamento em condições minimamente dignas das populações carenciadas;		X			X						
Contribuir para o aumento e qualidade do emprego e do desenvolvimento sustentável da economia;		X		X					X		X
Contribuir para a resolução de problemas de Ordenamento, Qualificação Urbana e Ambiente;			X							X	
Criar refeitório (s) escolares para ensinos pré-escolar e básico;		X			X						
Promover a Igualdade de oportunidades;		X			X			X			
Promover a conciliação entre a vida familiar e profissional;		X			X						
Melhorar os recursos materiais e humanos de acompanhamento das crianças do pré-escolar e do ATL;		X									
Estimular a adopção de estilos de vida saudáveis, através do combate aos fenómenos da adictividade e, estímulo à adopção de hábitos e práticas saudáveis;							X				
Adequar o nº, qualidade de equipamentos desportivos e recreativos e de outras respostas às necessidades da população jovem, adulta e idosa;			X				X	X			
Contribuir para as respostas que melhorem a segurança de pessoas e bens.		X									
Necessidade da promoção de um eixo Vendas Novas-Évora-Badajoz que potencie uma plataforma de serviços de logística internacional	X			X					X	X	X

crescente de situações de violência doméstica e maus-tratos sinalizados (2,69); **vi)** Défice de competências pessoais parentais e profissionais de grupos sociais desfavorecidos (2,63); **vii)** Insuficiente nº de equipamentos de apoio à população idosa e pessoas com dependência e, Insuficiente qualificação das respostas concelhias (2,63); **viii)** Carências relacionadas com a problemática habitacional (2,50); **ix)** Dificuldades sentidas no âmbito das actividades económicas e emprego (2,31); **x)** Constrangimentos em relação ao Ordenamento, qualificação urbana e ambiente (2,25); **xi)** Insuficiência de refeitório(s) escolar(es) para o ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico (2,19); **xii)** Falta de sensibilização para a igualdade de oportunidades (2,19); **xiii)** Dificuldade de conciliação entre vida familiar e profissional (2,14); **xiv)** Estruturas desadequadas e insuficientes de apoio à família (salas de ATL e pré-escolar) (1,88); **xv)** Consumo problemático de álcool e outras substâncias psico-activas (1,83); **xvi)** Carência de espaços/equipamentos desportivos/recreativos (1,56); **xvii)** Insuficiências relativamente a respostas que melhorem a segurança de pessoas e bens (1,56); **xviii)** Necessidade da promoção de um eixo Vendas Novas-Évora-Badajoz que potencie uma plataforma de serviços de logística internacional.

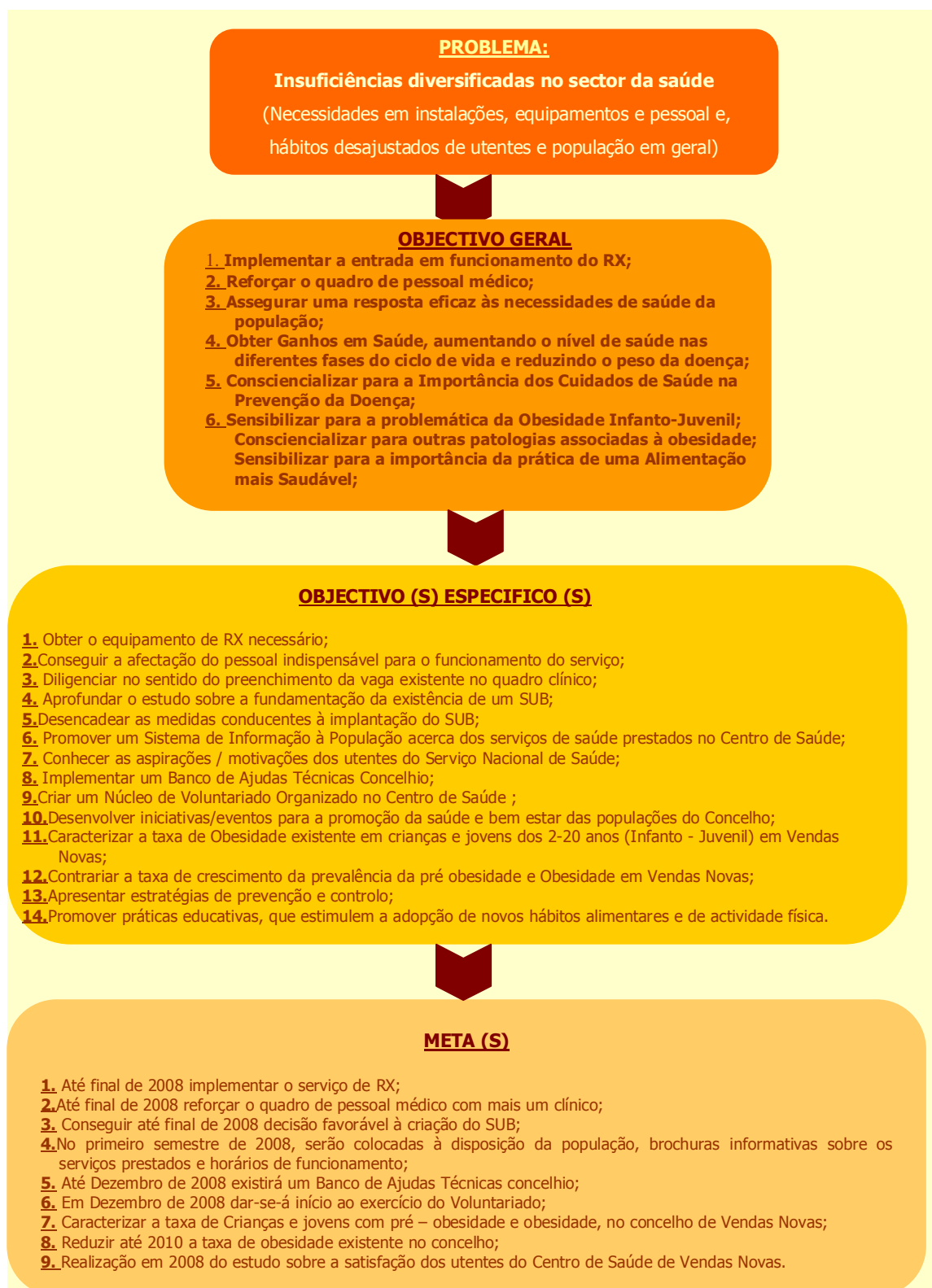
De acordo com as indicações do MTSS subsequentes ao Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de Junho, a operacionalização do PDS, assume a configuração que abaixo se apresenta, e na qual por cada um dos problemas identificados, dispostos por ordem de prioridade, constam os respectivos objectivos (geral e específicos) e as metas inerentes.

Problemas por ordem de prioridade, Objectivo (s) Geral e Específico (s) e as respectivas Metas

Figura 1. Problema com um grau de gravidade de **3,00**, e respectivos objectivos e metas

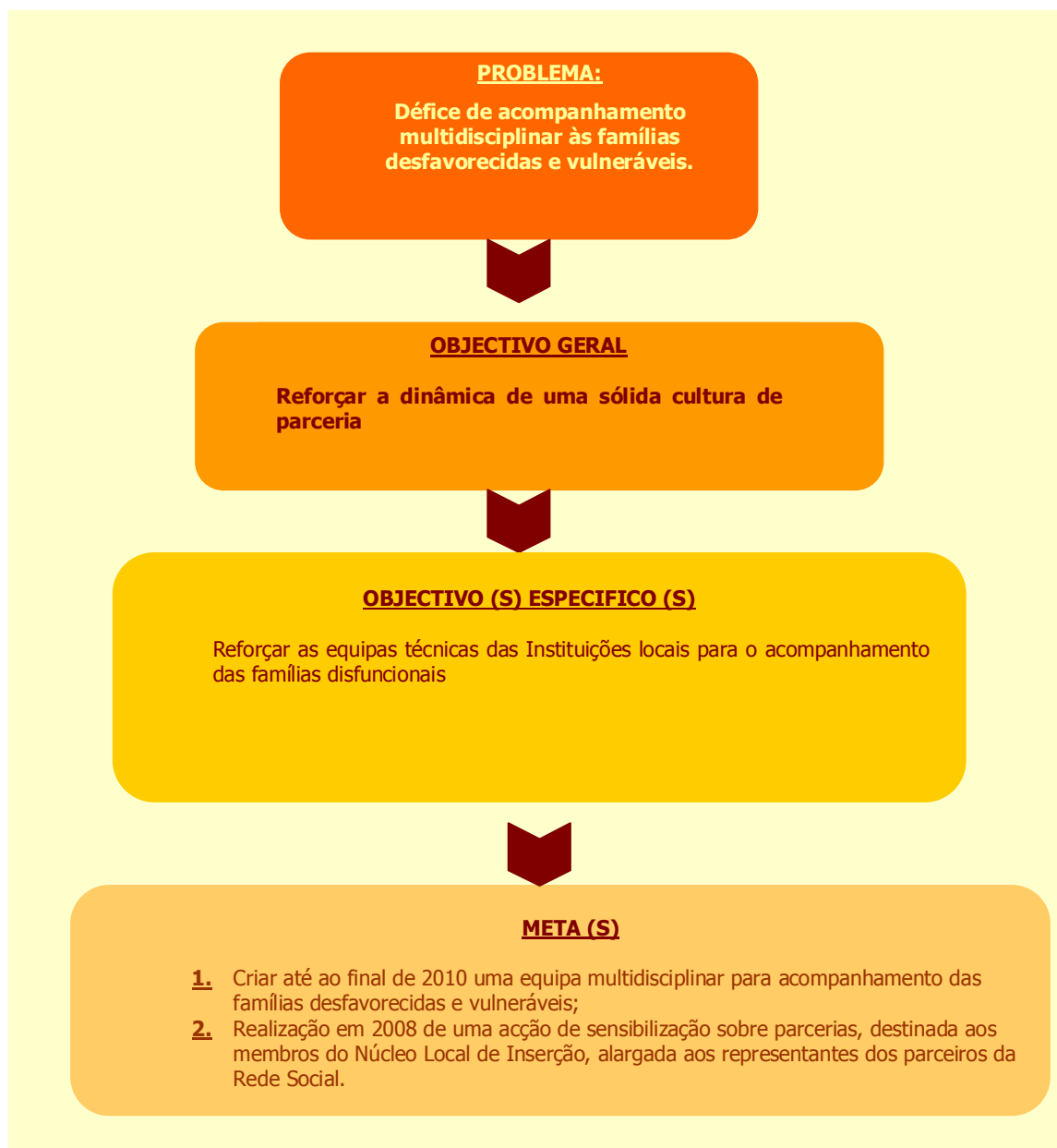


Fonte: Documento de Trabalho do CLAS de Vendas Novas

Figura 2. Problema com um grau de gravidade de **3,00**, e respectivos objectivos e metas

Fonte: Núcleo Executivo do CLAS

Figura 3. Problema com um grau de gravidade de **2,81**, e respectivos objectivos e metas



Fonte: Documento de Trabalho do CLAS de Vendas Novas

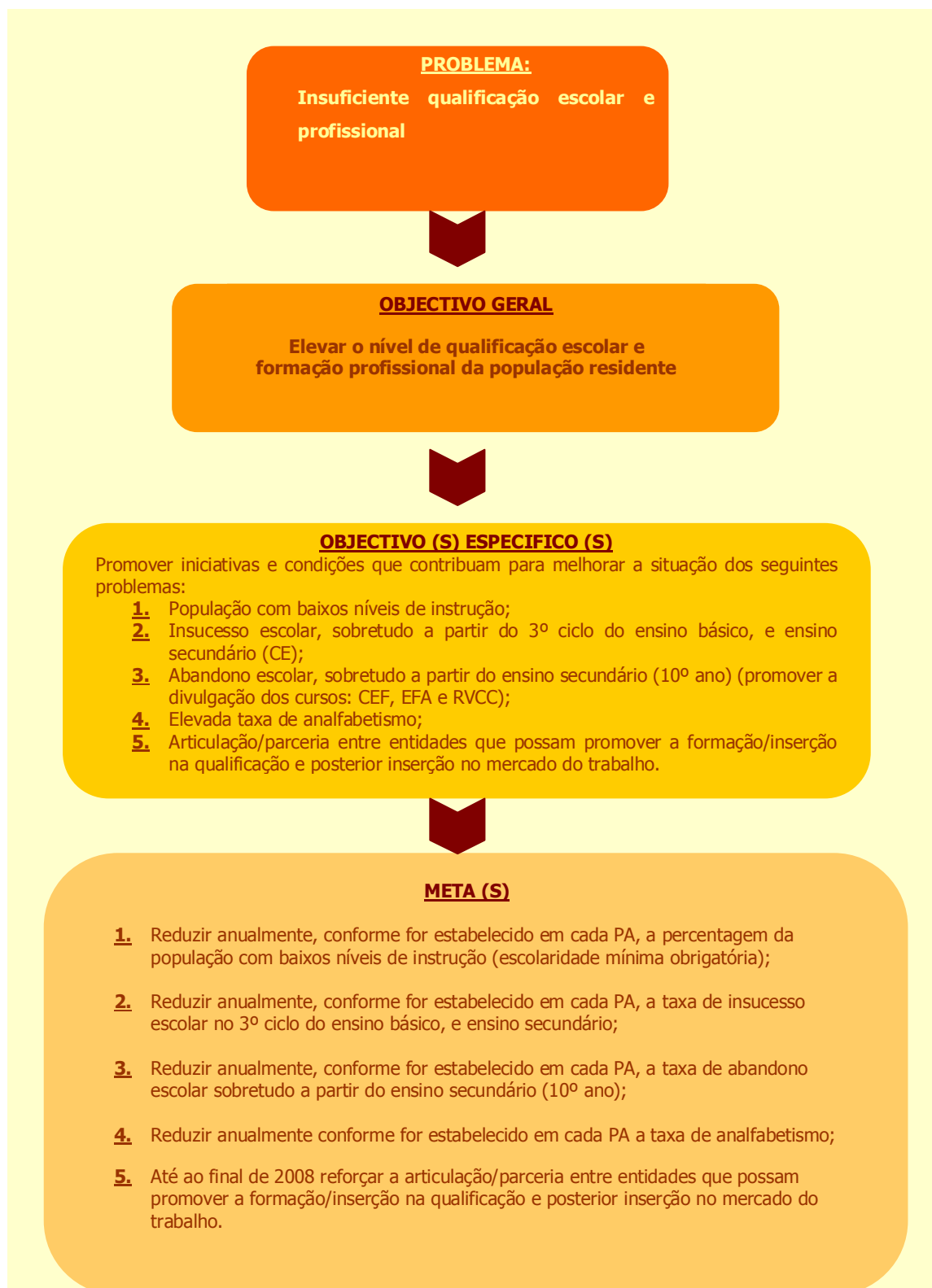
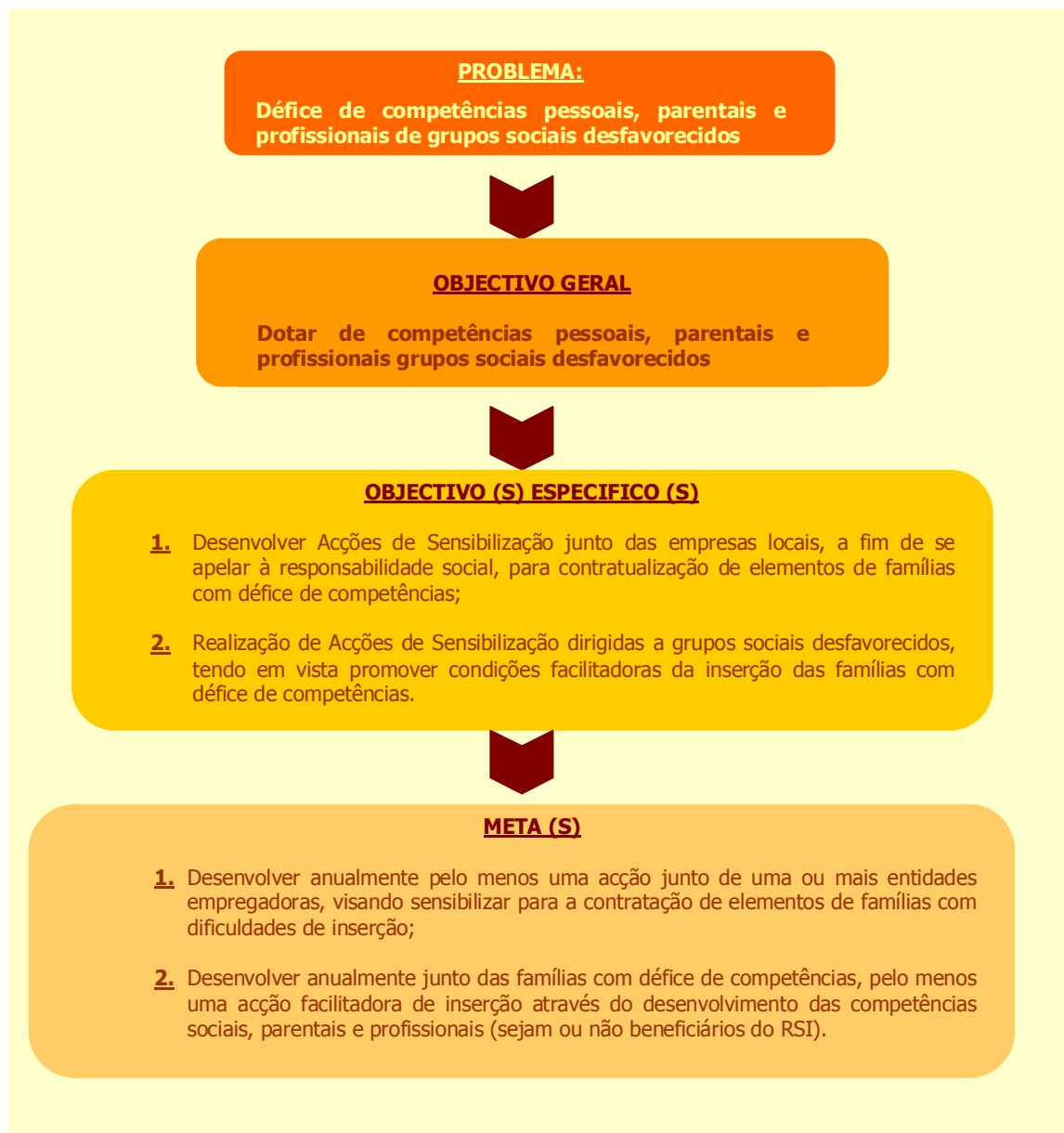
Figura 4. Problema com um grau de gravidade de **2,75**, e respectivos objectivos e metas

Figura 5. Problema com um grau de gravidade de **2,69**, e respectivos objectivos e metas

Fonte: Documento de Trabalho do CLAS de Vendas Novas

Figura 6. Problema com um grau de gravidade de **2,63**, e respectivos objectivos e metas



Fonte: Documento de Trabalho do CLAS de Vendas Novas

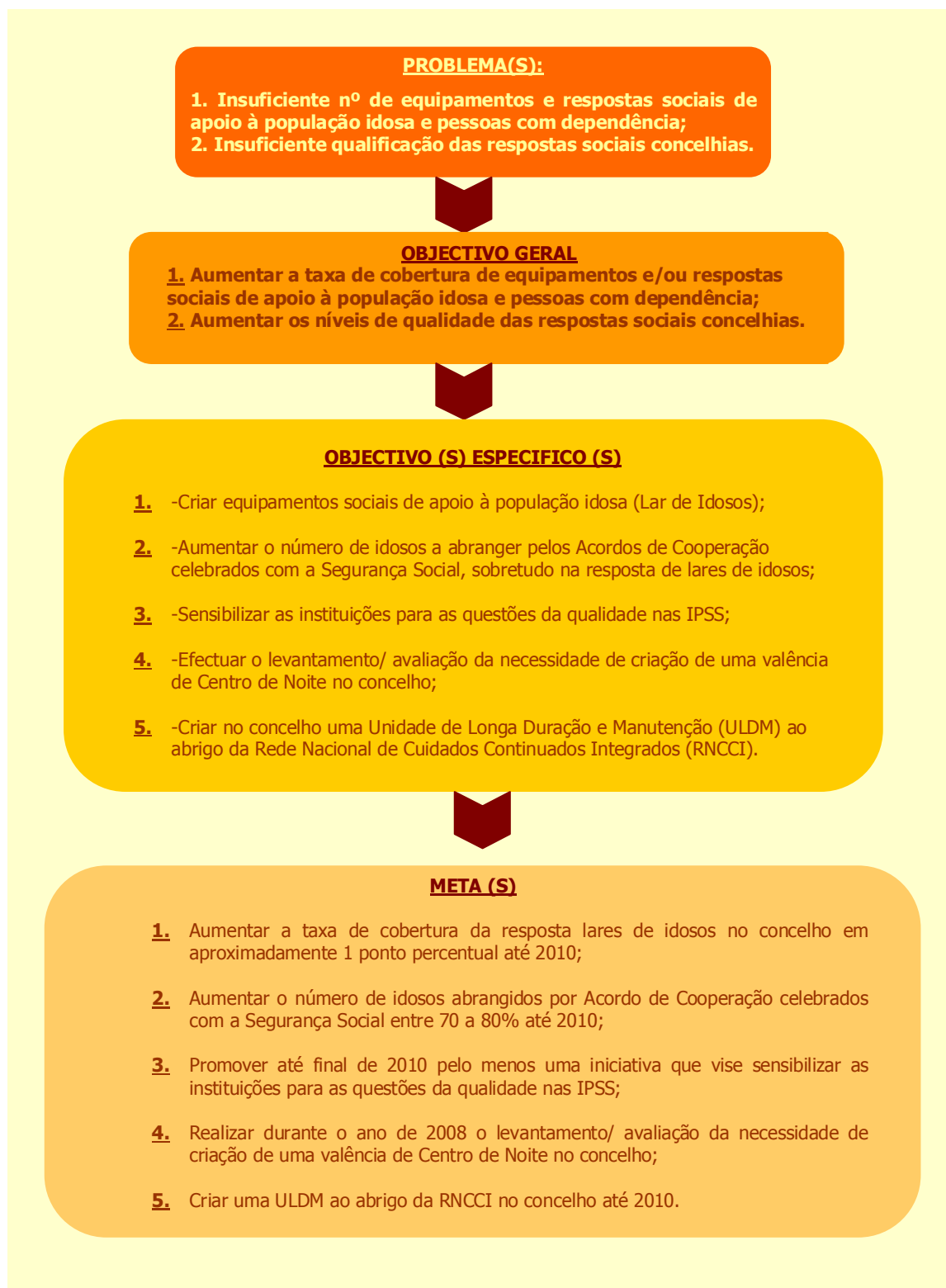
Figura 7. Problema com um grau de gravidade de **2,63**, e respectivos objectivos e metas

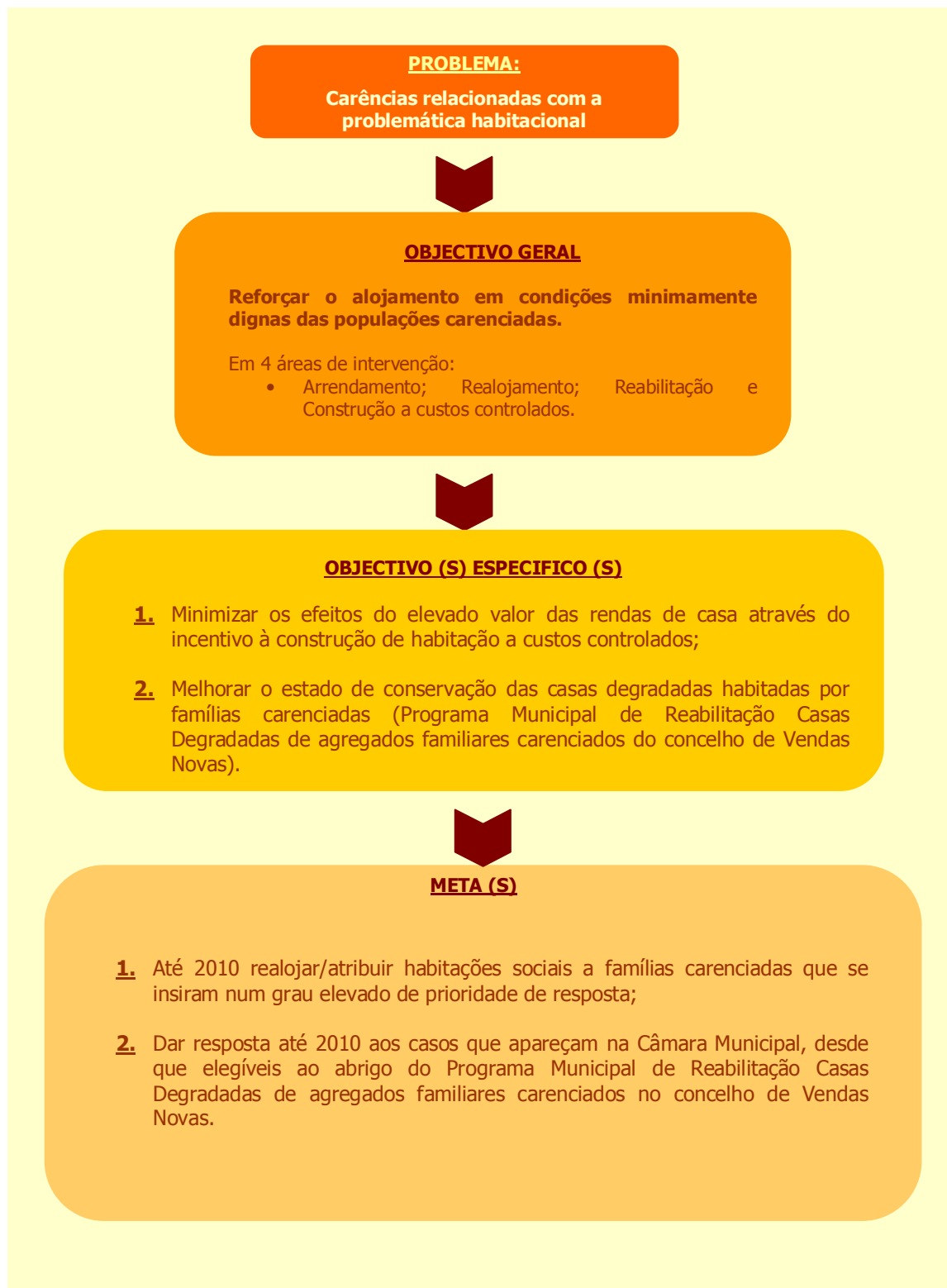
Figura 8. Problema com um grau de gravidade de **2,50**, e respectivos objectivos e metas

Figura 9. Problema com um grau de gravidade de **2,31**, e respectivos objectivos e metas



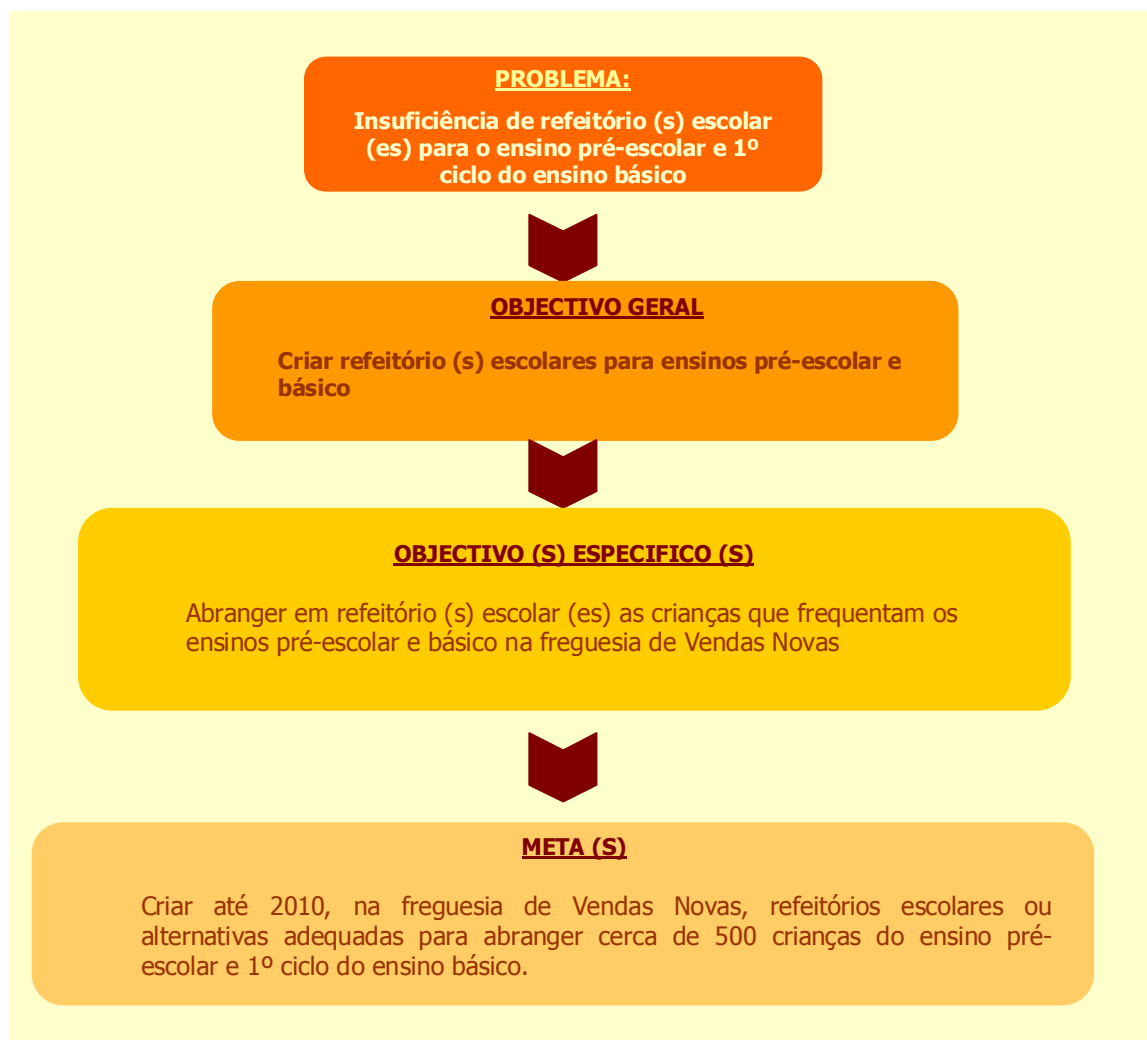
Fonte: Documento de Trabalho do CLAS de Vendas Novas

Figura 10. Problema com um grau de gravidade de **2,25**, e respectivos objectivos e metas



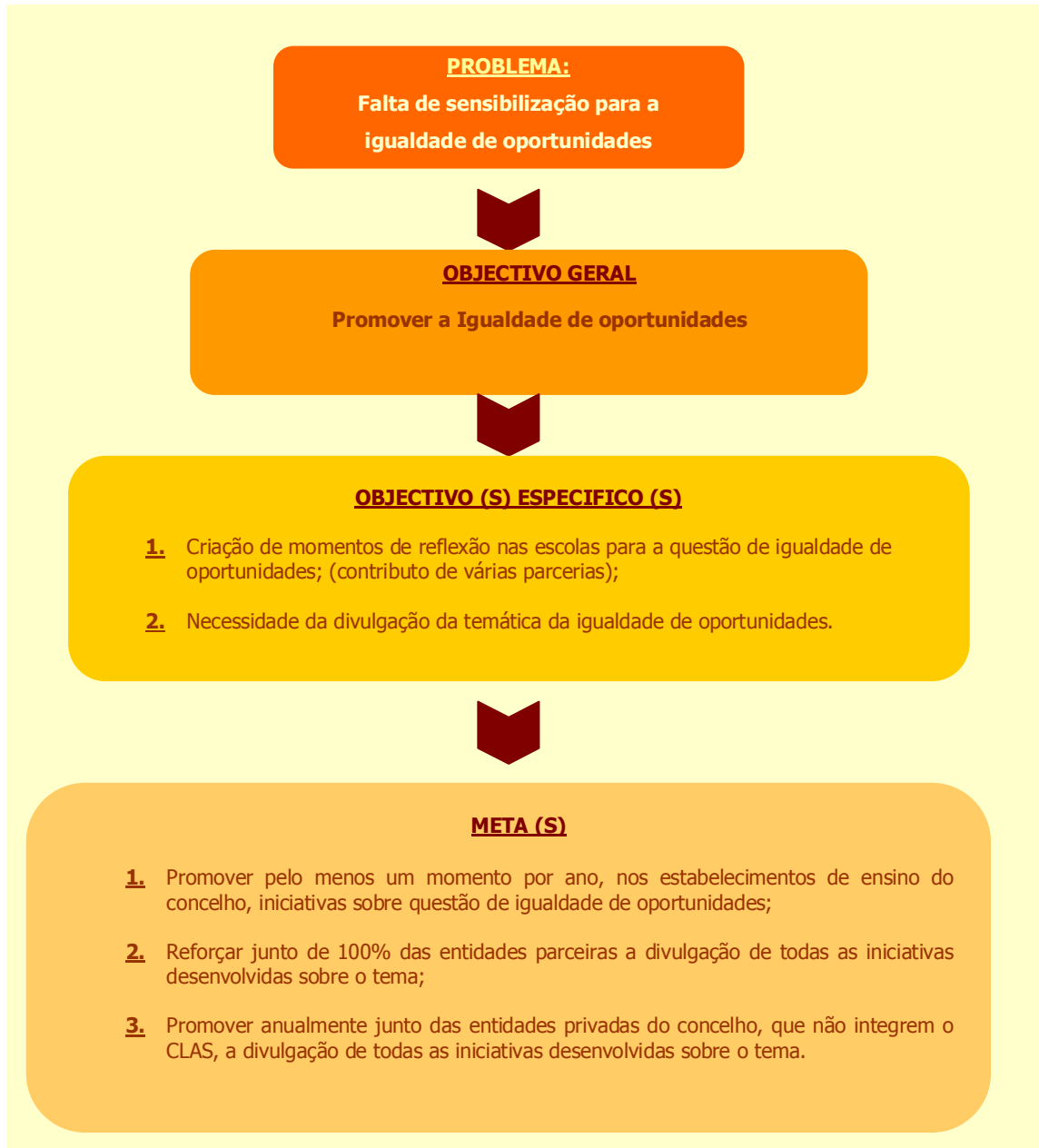
Fonte: Documento de Trabalho do CLAS de Vendas Novas

Figura 11. Problema com um grau de gravidade de **2,19**, e respectivos objectivos e metas



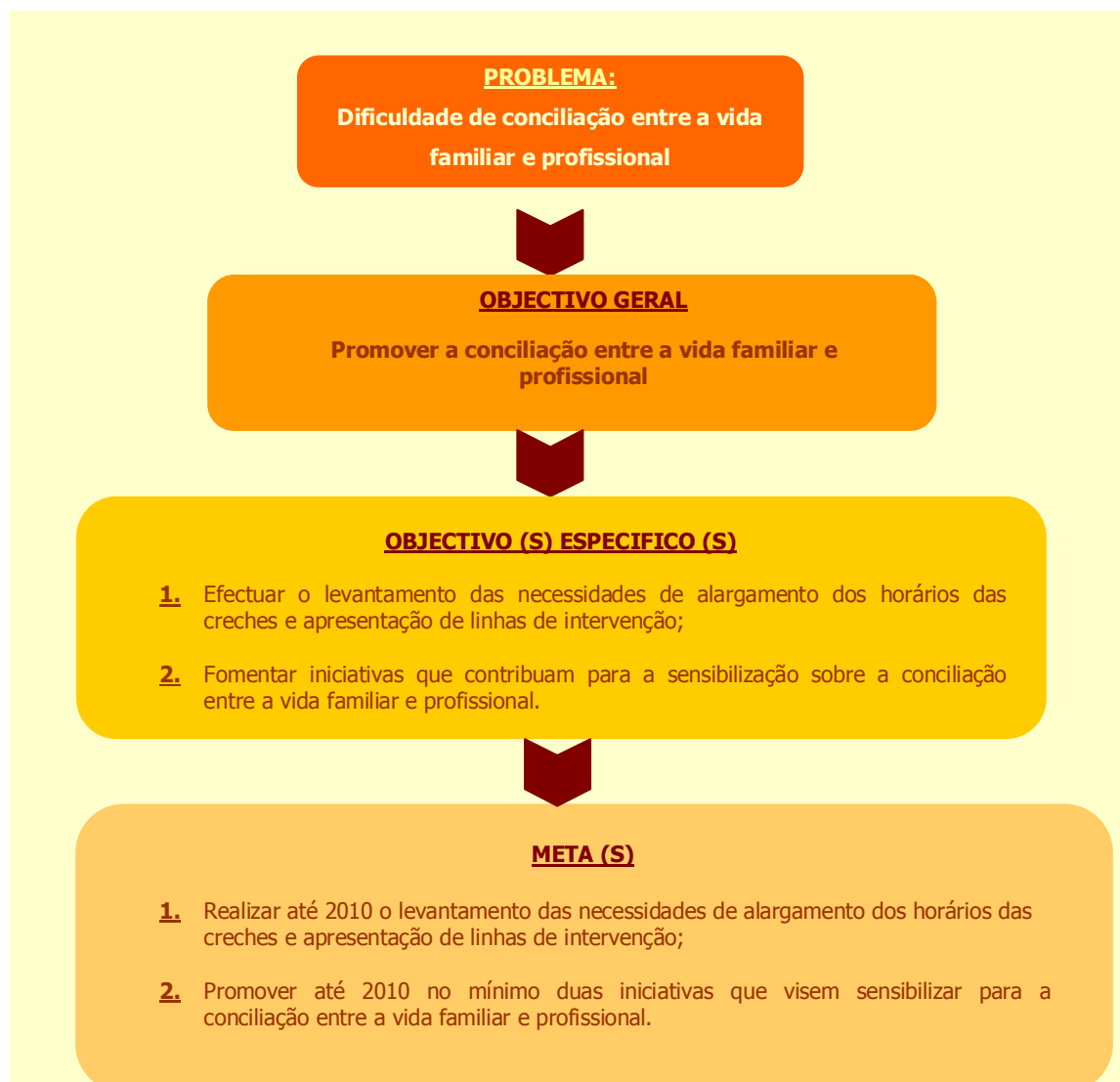
Fonte: Documento de Trabalho do CLAS de Vendas Novas

Figura 12. Problema com um grau de gravidade de **2,19**, e respectivos objectivos e metas



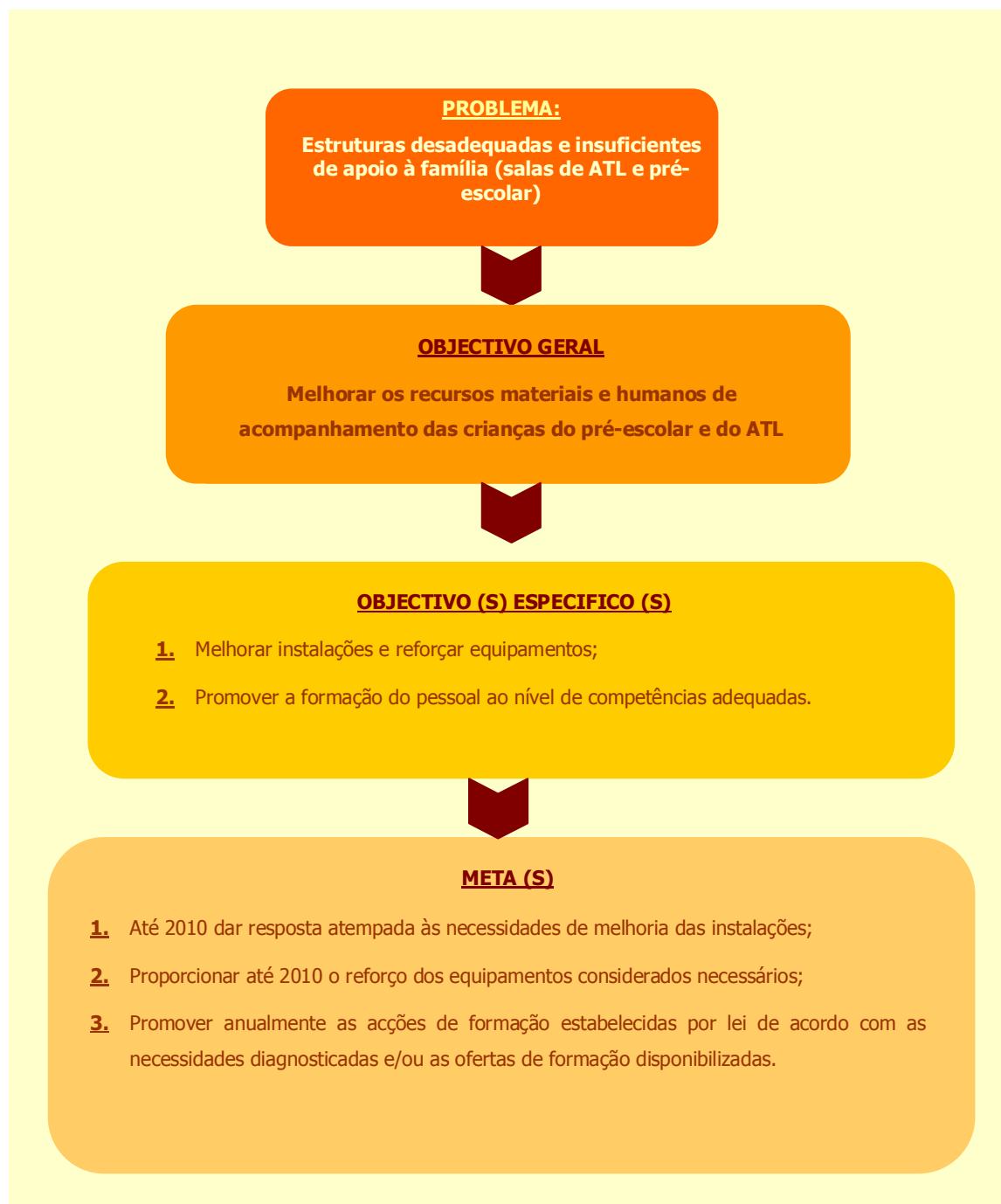
Fonte: Documento de Trabalho do CLAS de Vendas Novas

Figura 13. Problema com um grau de gravidade de **2,14**, e respectivos objectivos e metas

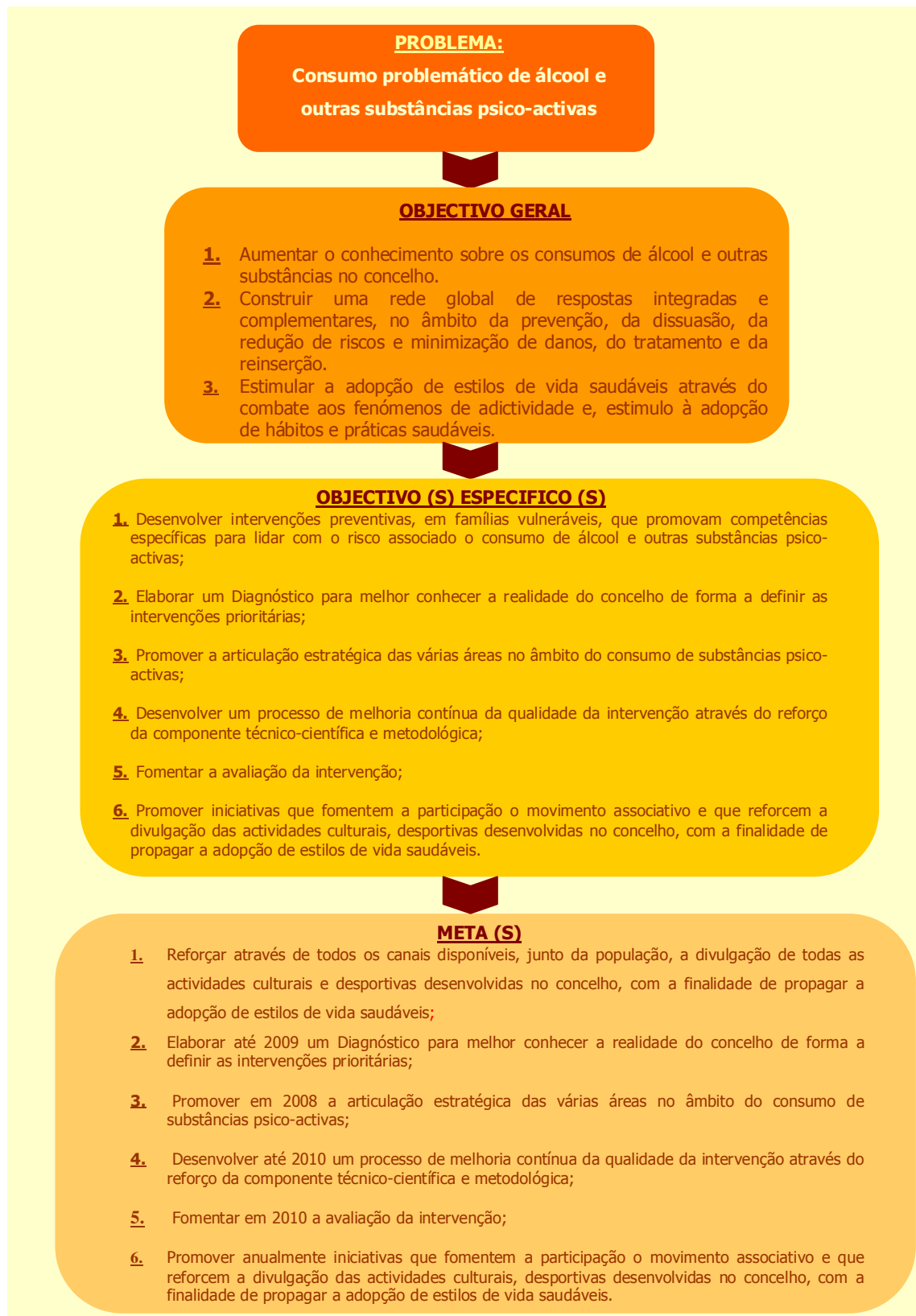


Fonte: Documento de Trabalho do CLAS de Vendas Novas

Figura 14. Problema com um grau de gravidade de **1,88**, e respectivos objectivos e metas

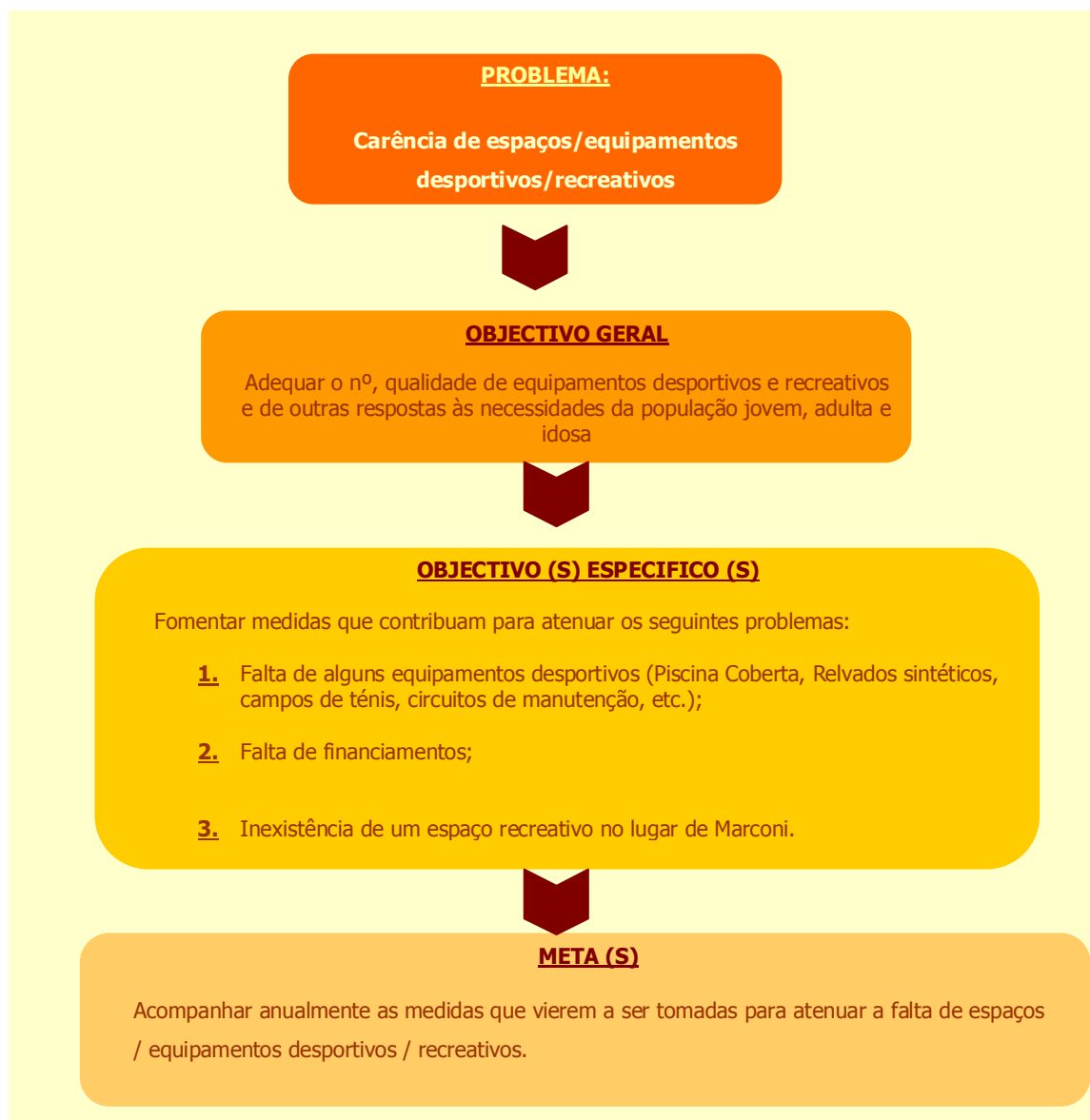


Fonte: Documento de Trabalho do CLAS de Vendas Novas

Figura 15. Problema com um grau de gravidade de **1,83**, e respectivos objectivos e metas

Fonte: Documento de Trabalho do CLAS de Vendas Novas

Figura 16. Problema com um grau de gravidade de **1,56**, e respectivos objectivos e metas



Fonte: Documento de Trabalho do CLAS de Vendas Novas

Figura 17. Problema com um grau de gravidade de **1,56**, e respectivos objectivos e metas

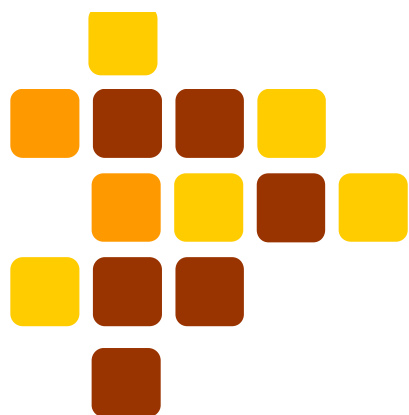


Fonte: Documento de Trabalho do CLAS de Vendas Novas

Figura 18. Problema sem votação do CLAS de Vendas Novas (Eixo III)



Fonte: Documento de Trabalho do CLAS de Vendas

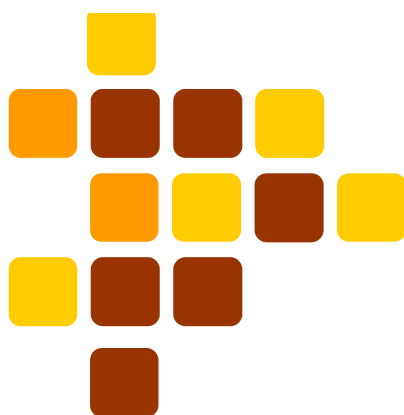


4. Monitorização e Avaliação

Ao longo da sua vigência o PDS deverá ser objecto de reflexão de modo a que as conclusões desse exercício contribuam para o sucesso da intervenção.

Deverá assim no final de 2008 e 2009, haver lugar a momentos de monitorização, ou seja, momentos de observação, nomeadamente sobre os objectivos operacionais, relacionados com os aspectos positivos e os aspectos negativos da intervenção em curso, tendo subjacente a finalidade de manter ou melhorar os primeiros e minimizar ou ultrapassar os segundos. Deverá haver também lugar a um momento de avaliação final, que permita conhecer o grau de consecução dos objectivos, os recursos mobilizados, o processo de gestão e animação e, o grau de realização, tópicos que devem ser complementados com a identificação das lições aprendidas e apresentação das recomendações adequadas.

O processo de avaliação, assumirá um carácter cumulativo. Assim, tendo em consideração os resultados dos processos anuais de monitorização e avaliação sucinta, o mesmo acolherá uma análise dos seguintes critérios: Eficácia; Eficiência; Sistema e Gestão e Acompanhamento. (Anexo II)



***Nota
Conclusiva***

O trabalho de pesquisa realizado no âmbito da actualização do DS de Vendas Novas possibilitou algumas conclusões. Assim, para o ciclo 2007-2013 as prioridades a considerar para efeitos de intervenção a operacionalizar no PDS são as seguintes:

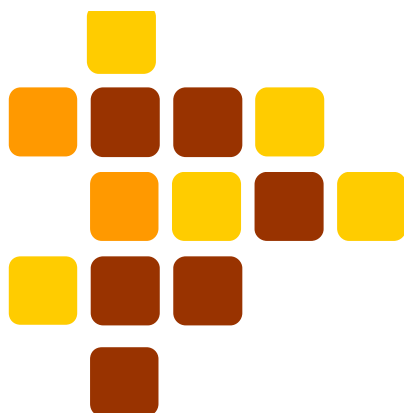
- Criar equipamentos e respostas sociais de apoio à população deficiente;
- Colmatar insuficiências no sector da saúde em áreas tais como: instalações, equipamentos, pessoal e hábitos dos utentes;
- Reforçar a dinâmica de uma sólida cultura de parceria;
- Elevar o nível de qualificação escolar e formação profissional da população residente;
- Fomentar a prevenção e o combate à violência doméstica e aos maus-tratos;
- Dotar de competências pessoais, parentais e profissionais grupos sociais desfavorecidos;
- Aumentar a taxa de cobertura de equipamentos e/ou respostas sociais de apoio à população idosa e pessoas com dependência;
- Aumentar os níveis de qualidade das respostas sociais concelhias;
- Reforçar o alojamento em condições minimamente dignas das populações carenciadas;
- Contribuir para o aumento e qualidade do emprego e do desenvolvimento sustentável da economia;
- Contribuir para a resolução de problemas de Ordenamento, Qualificação Urbana e Ambiente;
- Criar refeitório (s) escolares para ensinos pré-escolar e básico;
- Promover a Igualdade de oportunidades;
- Promover a conciliação entre a vida familiar e profissional;
- Melhorar os recursos materiais e humanos de acompanhamento das crianças do pré-escolar e do ATL;
- Estimular a adopção de estilos de vida saudáveis, através do combate aos fenómenos da adictividade e, estímulo à adopção de hábitos e práticas saudáveis;
- Adequar o nº, qualidade de equipamentos desportivos e recreativos e de outras respostas às necessidades da população jovem, adulta e idosa;
- Contribuir para as respostas que melhorem a segurança de pessoas e bens.

Conforme estipulado pelo MTSS na sequência do Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de Junho, estas prioridades encontram-se complementadas com a indicação dos respectivos objectivos (gerais e específicos) e a indispensável operacionalização, apresentada através da especificação das metas inerentes.

O cumprimento destes objectivos encontra nos instrumentos de apoio nacionais e regionais uma janela de oportunidades para apresentação de candidaturas sob a forma de projectos ou outras iniciativas, visando desta forma prevenir, atenuar ou resolver os problemas previamente identificados no DS.

A concretização do PDS será objecto de monitorização (processos anuais intermédios) e avaliação final com carácter sumativo.

Esta é a proposta que se encontra em apreciação e, que após aprovada terá seguimento na elaboração do Plano de Acção para 2008.



Bibliografia

AR (1999), "Lei nº 159/99, de 14 de Setembro (Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais)", *Diário da República nº 215 de 14-9-1999, I SÉRIE-A*

CATITA, Bruno Miguel Zambujeiro (2006), *Formas de articulação entre alguns instrumentos de planeamento estratégico de âmbito municipal – o caso particular do concelho de Vendas Novas*, Évora, Universidade de Évora

CLASVN (2003), *Diagnóstico Social*, Vendas Novas, CVMVN

CLASVN (2003), *Plano de Desenvolvimento Social*, Vendas Novas, CVMVN

CLASVN (2003), *Plano de Acção 2004*, Vendas Novas, CVMVN

CLASVN (2004), *Plano de Acção 2005*, Vendas Novas, CVMVN

CLASVN (2005), *Plano de Acção 2006*, Vendas Novas, CVMVN

CMVN (2004), *Compromissos Políticos para o Mandato 2005-2009*, Vendas Novas, CMVN, 9 pp.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2004), *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho*, COM(2004) 493 final 2004/0165 (COD), Bruxelas, CCE (URL: <http://www.prodesa.azores.gov.pt/Legis/Com/PRg.11636.04.pdf>)

FIGUEIRA, José Maria Rodrigues (2003), *Nas encruzilhadas "parceria/partenariado" um caminhar para o desenvolvimento sustentável – o caso de Vendas Novas*. (Tese de Mestrado em Sociologia), Évora, Universidade de Évora

FIGUEIRA, Marta Sofia Batista, (????), *O papel da Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas, enquanto iniciativa da Câmara Municipal, na promoção do Desenvolvimento Local*, (Relatório de Investigação), Évora, Universidade de Évora

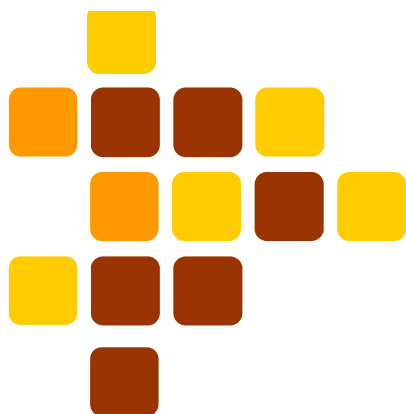
GUERRA, Isabel (2002), *Fundamentos e Processos de uma Sociologia da Acção – O Planeamento em Ciências Sociais*. 2ª edição, Cascais, Principia

GODET, Michel, (1993) *Manual de Prospectiva Estratégica – da antecipação à acção*, Lisboa, Publicações Dom Quixote

MS (2007), "Portaria n.º 788/2007, de 20 de Julho" (Regulamento dos Programas de Apoio Financeiro a atribuir pela Administração Regional de Saúde do Alentejo a Pessoas Colectivas Privadas Sem Fins Lucrativos), *Diário da República*, 1.ª série — N.º 139 — 20 de Julho de 2007

MTSS (2006), Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de Junho (Consagra os princípios, finalidades e objectivos da rede social, bem como a constituição, funcionamento e competência dos seus órgãos), *Diário da República—I Série-A*, nº 114 de 14 de Junho de 2006

TEKTON, CRL / Câmara Municipal de Vendas Novas (1994), *Plano Director Municipal de Vendas Novas (relatório)*. Lisboa, TEKTON



Anexos

ANEXO I

ORDEM DE PRIORIDADE DOS PROBLEMAS IDENTIFICADOS⁶

Grau de prioridade máxima (2.5 a 3 média)	<table> <tr> <th>Médias:</th><th>Problemas com Prioridade Elevada:</th></tr> <tr> <td>3,00</td><td>Inexistência de Equipamentos/Respostas de apoio à população deficiente</td></tr> <tr> <td>3,00</td><td>Insuficiências diversificadas no sector da saúde (instalações, equipamentos, pessoal e hábitos dos utentes);</td></tr> <tr> <td>2,81</td><td>Défice de acompanhamento multidisciplinar às famílias desfavorecidas e vulneráveis</td></tr> <tr> <td>2,75</td><td>Insuficiente qualificação escolar e profissional</td></tr> <tr> <td>2,69</td><td>Número crescente de situações de violência doméstica e maus-tratos sinalizados</td></tr> <tr> <td>2,63</td><td>Défice de competências pessoais, parentais e profissionais de grupos sociais desfavorecidos</td></tr> <tr> <td>2,63</td><td>Insuficiente nº de equipamentos e respostas sociais de apoio à população idosa e pessoas com dependência e, Insuficiente qualificação das respostas sociais concelhias</td></tr> <tr> <td>2,50</td><td>Carências relacionadas com a problemática habitacional</td></tr> </table>	Médias:	Problemas com Prioridade Elevada:	3,00	Inexistência de Equipamentos/Respostas de apoio à população deficiente	3,00	Insuficiências diversificadas no sector da saúde (instalações, equipamentos, pessoal e hábitos dos utentes);	2,81	Défice de acompanhamento multidisciplinar às famílias desfavorecidas e vulneráveis	2,75	Insuficiente qualificação escolar e profissional	2,69	Número crescente de situações de violência doméstica e maus-tratos sinalizados	2,63	Défice de competências pessoais, parentais e profissionais de grupos sociais desfavorecidos	2,63	Insuficiente nº de equipamentos e respostas sociais de apoio à população idosa e pessoas com dependência e, Insuficiente qualificação das respostas sociais concelhias	2,50	Carências relacionadas com a problemática habitacional		
Médias:	Problemas com Prioridade Elevada:																				
3,00	Inexistência de Equipamentos/Respostas de apoio à população deficiente																				
3,00	Insuficiências diversificadas no sector da saúde (instalações, equipamentos, pessoal e hábitos dos utentes);																				
2,81	Défice de acompanhamento multidisciplinar às famílias desfavorecidas e vulneráveis																				
2,75	Insuficiente qualificação escolar e profissional																				
2,69	Número crescente de situações de violência doméstica e maus-tratos sinalizados																				
2,63	Défice de competências pessoais, parentais e profissionais de grupos sociais desfavorecidos																				
2,63	Insuficiente nº de equipamentos e respostas sociais de apoio à população idosa e pessoas com dependência e, Insuficiente qualificação das respostas sociais concelhias																				
2,50	Carências relacionadas com a problemática habitacional																				
Grau de prioridade intermédia (1.5 a 2.4 média)	<table> <tr> <th>Médias:</th><th>Problemas com Prioridade intermédia:</th></tr> <tr> <td>(2,31)</td><td>Dificuldades sentidas no âmbito das actividades económicas e emprego</td></tr> <tr> <td>(2,25)</td><td>Constrangimentos em relação ao Ordenamento, qualificação urbana e ambiente</td></tr> <tr> <td>(2,19)</td><td>Insuficiência de refeitório (s) escolar (es) para o ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico</td></tr> <tr> <td>(2,19)</td><td>Falta de sensibilização para a igualdade de oportunidades</td></tr> <tr> <td>(2,14)</td><td>Dificuldade de conciliação entre vida familiar e profissional</td></tr> <tr> <td>(1,88)</td><td>Estruturas desadequadas e insuficientes de apoio à família (salas de ATL e pré-escolar)</td></tr> <tr> <td>(1,83)</td><td>Consumo problemático de álcool e outras substâncias psico-activas</td></tr> <tr> <td>(1,56)</td><td>Carência de espaços/equipamentos desportivos/recreativos</td></tr> <tr> <td>(1,56)</td><td>Insuficiências relativamente a respostas que melhorem a segurança de pessoas e bens</td></tr> </table>	Médias:	Problemas com Prioridade intermédia:	(2,31)	Dificuldades sentidas no âmbito das actividades económicas e emprego	(2,25)	Constrangimentos em relação ao Ordenamento, qualificação urbana e ambiente	(2,19)	Insuficiência de refeitório (s) escolar (es) para o ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico	(2,19)	Falta de sensibilização para a igualdade de oportunidades	(2,14)	Dificuldade de conciliação entre vida familiar e profissional	(1,88)	Estruturas desadequadas e insuficientes de apoio à família (salas de ATL e pré-escolar)	(1,83)	Consumo problemático de álcool e outras substâncias psico-activas	(1,56)	Carência de espaços/equipamentos desportivos/recreativos	(1,56)	Insuficiências relativamente a respostas que melhorem a segurança de pessoas e bens
Médias:	Problemas com Prioridade intermédia:																				
(2,31)	Dificuldades sentidas no âmbito das actividades económicas e emprego																				
(2,25)	Constrangimentos em relação ao Ordenamento, qualificação urbana e ambiente																				
(2,19)	Insuficiência de refeitório (s) escolar (es) para o ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico																				
(2,19)	Falta de sensibilização para a igualdade de oportunidades																				
(2,14)	Dificuldade de conciliação entre vida familiar e profissional																				
(1,88)	Estruturas desadequadas e insuficientes de apoio à família (salas de ATL e pré-escolar)																				
(1,83)	Consumo problemático de álcool e outras substâncias psico-activas																				
(1,56)	Carência de espaços/equipamentos desportivos/recreativos																				
(1,56)	Insuficiências relativamente a respostas que melhorem a segurança de pessoas e bens																				

⁶ O problema: *Insuficiências diversificadas no sector da saúde e Necessidade da Promoção de um eixo Vendas Novas-Évora-Badajoz que potencie a criação de uma plataforma de serviços de logística internacional*, não foi votado em tempo útil pelos membros do CLAS.

ANEXO II

PROPOSTA DE QUESTÕES A CONSIDERAR NA AVALIAÇÃO FINAL (SUMATIVA)

A avaliação final deverá dar resposta às questões formuladas seguidamente.

Qual o grau de?

- **Eficácia** do plano (metas realizadas / metas previstas)?
- **Realismo** das metas incluídas no plano?
- **Sinergias** conseguidas através da contribuição dos parceiros para concretização das metas?
- **Adequação** do plano às necessidades da população do concelho?
- **Eficiência** do plano (recursos mobilizados / metas realizadas)?
- **Participação** dos parceiros nas actividades (reuniões do CLAS)?
- **Participação** dos públicos alvo / destinatários nas iniciativas?

Quais as Lições aprendidas?

Quais as Recomendações sugeridas?

PROPOSTA DE QUADRO DE BORDO A ADOPTAR PARA EFEITOS DE MONITORIZAÇÃO

Meta	Actividade	Indicador de monitorização	Grau de desempenho			
			>	=	<	Or

Legenda:

>: superior ao previsto

= igual ao previsto

< inferior ao previsto

Or: Outra resposta

Questões da monitorização:

- Quais os Graus de realização por meta (abaixo, igual, acima do previsto)?
- Quais os aspectos a salientar considerados como tendo corrido bem?
- Quais os aspectos a salientar considerados como tendo corrido menos bem?
- Sugestões / recomendações